



Anais da Assembléia

Nº 80

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 28 DE JUNHO DE 1990

ANO XVI

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 56.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE JUNHO DE 1990
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Algaci Túlio.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Duílio Genari, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Mário Pereira, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Vera Agibert (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Antônio Costenaro Neto, José Alves, Leônidas Chaves, Pedro Tonelli e Rafael Greca (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Estão em votação as Atas que acabam de ser lidas. Aprovadas.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação das Atas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa DEFERE E IRÁ PROCEDER À VERIFICAÇÃO DE VOTAÇÃO.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados da aprovação das Atas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados)

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Eu gostaria de registrar a presença do Prefeito de Rondon, Doutor Sidney Giroto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

33 Senhores Deputados responderam a chamada.

Em votação as Atas. Aprovadas.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 120/90

Curitiba, 22 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa augusta Assembléia Legislativa ao Acordo de Cooperação Técnica, cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 05 de junho de 1990, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e a Secretaria de Estado da Educação, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná e da Fundação Educacional do Paraná, objetivando implementação do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE E A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, COM INTERVENIÊNCIA DA FUNDA-

ÇÃO DE ASSISTÊNCIA AOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ E DA FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO PARANÁ, PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO - PEDU.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, doravante denominada SEDU, neste ato representada pelo seu titular, Senhor PAULO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA, e a Secretaria de Estado da Educação, doravante denominada SEED, neste ato representada pelo seu titular, Senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, com a interveniência da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná, doravante denominada FAMEPAR, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Senhor ARISTEU PEREIRA DE CARVALHO, e da Fundação Educacional do Paraná, doravante denominada FUNDEPAR, neste ato representada pelo seu Diretor Superintendente, Senhor LUIZ ALBERTO PINTO DE CARVALHO, celebram o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, para implementação do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, nos termos do Decreto n° 5559, de 21 de agosto de 1989.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Acordo de Cooperação Técnica tem por finalidade estabelecer os compromissos entre as partes na implementação do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU.

CLÁUSULA SEGUNDA - ATRIBUIÇÕES DA SEDU E FAMEPAR

Compete à SEDU e FAMEPAR dentro de suas atribuições específicas, planejar, coordenar e desempenhar as ações que visem a implementação do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, em ação integrada com as Secretarias de Estado envolvidas no Programa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DA SEED E FUNDEPAR

Compete à SEED e FUNDEPAR dentro de sua área de atuação:

a) apoiar e dar assistência técnica à SEDU e FAMEPAR e as Prefeituras Municipais na elaboração e execução do Subprograma de Desenvolvimento Institucional e no Subprograma de Investimento em Infra-estrutura Urbana;

b) fornecer projetos técnicos padrões para implantação dos subprojetos municipais;

c) analisar e conciliar os subprojetos municipais com base em critérios setoriais técnicos específicos e com os objetivos do PEDU;

d) submeter-se aos procedimentos de monitoração do PEDU, a ser implantados pe-

Curitiba, quinta, em 28.06.89

LA SEDU E FAMEPAR, TANTO NA FASE DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO COMO NA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS

Os recursos que viabilizarão a atuação dos signatários serão provenientes do Tesouro do Estado, destinados ao gerenciamento do PEDU, aportados no orçamento da FAMEPAR.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

O presente Acordo, terá um prazo de duração de 05 (cinco) anos, contados a partir da data de sua publicação, ou até a conclusão do PEDU.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

O presente Acordo, só poderá ser rescindido em comum acordo entre as partes, sobretudo se ocorrer circunstâncias que o torne material e formalmente inexigível.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Elege-se o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas do presente Acordo.

Estando as partes justas e acordadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Curitiba, 05 de junho de 1990..

(aa) PAULO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA
Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente

GILDA POLI ROCHA LOURES
Secretária de Estado da Educação

ARISTEU PEREIRA DE CARVALHO
Diretor Presidente da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná

LUIZ ALBERTO PINTO DE CARVALHO
Diretor Superintendente da Fundação Educacional do Estado do Paraná

Testemunhas:
(ilegíveis)

MENSAGEM N° 121/90

Curitiba, 22 de junho de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa augusta Assembleia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com a Sociedade Paranaense de Cultura - SPC, entidade mantenedora da Pontifícia Universidade Cató-

lica do Paraná - PUC, objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para realização de projetos e publicações conforme o especificado no quadro integrante da referida minuta.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 122/90

Curitiba, 22 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa augusta Assembleia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com o Sindicato dos Químicos do Estado do Paraná - SIQUIM/PR, objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para publicação do Livro "Matérias Primas Minerais".

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 123/90

Curitiba, 22 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa augusta Assembleia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, objetivando a prestação de apoio financeiro do Estado para realização de projetos e publicações conforme o especificado no quadro que integra a referida minuta.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 124/90

Curitiba, 22 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa augusta Assembleia Legislativa ao Convênio cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 11 de junho de 1990, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e o Município de SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, objetivando reparos de veículos, da Polícia Civil.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 125/90

Curitiba, 26 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa augusta Assembleia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com a Fundação Caetano Munhoz da Rocha - FCMR, objetivando a prestação de apoio financeiro visando a realização pela FCMR dos projetos de pesquisas constantes no Anexo I da referida minuta.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 126/90

Curitiba, 26 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar que dispõe sobre a Bandeira, o Hino, o Brasão de Armas e o Sinete adotados como Símbolos do Estado do Paraná (art. 6° da Constituição Estadual).

Devo ressaltar que a presente proposta da "Lei Complementar dos Símbolos do Paraná", consubstancia a conclusão de estudos realizados por Grupo de Trabalho de alta capacitação científica, designado pelo Senhor Secretário de Estado da Cultura, que,

correspondendo às linhas estabelecidas pela Constituição Estadual e pelos princípios relativos à matéria, virá ensejar oportuno e necessário aprimoramento dos mencionados símbolos, que refletem o grande significado moral-cívico-cultural da vida paranaense.

Ofecendo melhores e mais detalhados esclarecimentos em torno do assunto é feita anexação de cópia autêntica do Ofício nº 704/90, de 08 de junho de 1990, a mim dirigido pelo Titular da Secretaria de Estado da Cultura, assim como de exemplar contendo Exposição de Motivos, Memorial Descritivo de Construção, Memorial Descritivo de Cores, Anteprojeto de Lei e Glossário, apresentados pelo Grupo de Trabalho antes referido.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Capítulo I

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - São Símbolos do Estado:

- I - A Bandeira;
- II - o Brasão de Armas;
- III - O Hino;
- IV - O Sinete

Capítulo II

DA FORMA DOS SÍMBOLOS ESTADUAIS

Seção I - Dos Símbolos em Geral

Art. 2º - São considerados padrões dos Símbolos Estaduais os modelos compostos de conformidade com as especificações e regras básicas estabelecidas na presentes Lei.

Seção II - Da Bandeira Estadual

Art. 3º - A Bandeira Estadual é a que foi adotada pelo Decreto Estadual nº 8, de 09 de janeiro de 1892, com as modificações que se seguiram e restabelecida pelo Decreto Lei nº 2.457 de 31 de março de 1947, com as alterações constantes nesta Lei.

Parágrafo Único - A Bandeira é representada em lavor artístico, por um retângulo de sinopla, com uma banda de argenta, carregada de uma esfera de blau com as estrelas da Constelação do Cruzeiro do Sul em argenta. A esfera é circundada à destra por um ramo de erva-mate (*Ilex Paraguarie* Saint Hilaire), frutificado em preto, e a sinistra por um ramo de pinheiro-do-Paraná (*Araucária angustifolia* (Bertoloni) Otto Kuntze) em sinopla, cruzados em ponta, sendo o primeiro ramo sobre o

segundo.

Art. 4º - A Bandeira confeccionada em tecido, deverá obedecer a um dos seguintes tipos:

- tipo 1, com um pano de 45 (quarenta e cinco) centímetros de largura;
- tipo 2, com dois panos de largura;
- tipo 3, com três panos de largura;
- tipo 4, com quatro panos de largura;
- tipo 5, com cinco panos de largura;
- tipo 6, com seis panos de largura;
- tipo 7, com sete panos de largura.

Parágrafo Único - Conforme as condições de uso, da bandeira poderá ser fabricada em tipos maiores, menores ou intermediários, mantidas, contudo, as proporções fixadas.

Art. 5º - A elaboração da Bandeira obedecerá às seguintes regras:

I - considera-se destra da Bandeira, o lado esquerdo do observador e sinistra, o lado direito, para efeito de desenho;

II - para cálculo das dimensões, tomar-se-á por base a largura desejada, dividindo-se esta em 14 (quatorze) partes iguais. Cada parte resultante será considerada uma medida ou módulo e servirá para a obtenção das demais medidas;

III - o comprimento será de 20 (vinte) módulos;

IV - a banda branca é traçada a partir do vértice do ângulo superior esquerdo a 6 (seis) módulos à direita, formando ângulo de 30º e terminando a 6 (seis) módulos acima do vértice do ângulo inferior direito; a linha inferior da banda é traçada a 6 (seis) módulos para baixo do ângulo superior esquerdo e termina a 6 (seis) módulos à esquerda do vértice do ângulo inferior direito;

V - a esfera localiza-se a 1/4m (vinte e cinco centésimos do módulo) acima do centro geométrico do retângulo e tem 5 (cinco) módulos de diâmetro;

VI - as estrelas da Constelação do Cruzeiro do Sul são de cinco dimensões. Serão traçadas dentro de círculos, cujos diâmetros são, respectivamente:

ALFA (Magalhães) com 3/4m (setenta e cinco centésimos de módulo);

BETA (Mimosa) com 11/16m (sessenta e nove centésimos de módulo);

GAMA (Rubídea) com 21/32m (sessenta e cinco centésimos de módulo);

DELTA (Pálida) com 17/32m (cinquenta e três centésimos de módulo); e

EPSILON (Intrometida) com 3/8m (trinta e sete centésimos de módulo);

VII - os eixos dos ramos vegetais acompanham a curvatura da circunferência, estão separados 1 (um) módulo do círculo e os ramos medem 1 (um) módulo de largura. São cruzantes no prolongamento do diâmetro vertical do círculo, ficando o ramo de erva-mate sobre o de pinheiro; as pontas su-

periores dos ramos terminam na altura da tangente horizontal superior da esfera;

VIII - as duas faces da Bandeira deverão ser rigorosamente iguais, sendo vedado fazer uma face como avesso da outra.

Seção III - Do Brasão de Armas Estadual

Art. 6º - O Brasão de Armas Estadual é o instituído pela Lei nº 904, de 21 de março de 1910 com as modificações constantes no Decreto-Lei nº 2.457, de 31 de março de 1947 e com as alterações desta Lei.

Parágrafo Único - O Brasão de Armas é constituído de um escudo português, trazendo em campo de sinopla a figura de um semeador de argenta em posição de trabalho; em chefe cosido de blau, um sol nascente de ouro, acompanhado de três montes de argenta.

Como timbre, a figura de uma Harpia Harpyja Linnaeus, 1758, de argenta, pousada, estendida e com a cabeça de frente, voltada para a sua destra.

Como suportes, à destra um ramo de erva-mate Ilex paraguariensis Saint Hilaire frutificado de sable e à sinistra, um ramo de pinheiro-do-Paraná Araucária angustifolia (Bertoloni) Otto Kuntze, cruzados em ponta.

Art. 7º - A elaboração do Brasão de Armas obedecerá às seguintes regras:

I - considera-se destra do Brasão, o lado esquerdo do observador e sinistra o lado direito, para efeito de desenho;

II - para cálculo das dimensões, tomar-se-á por base a largura do escudo correspondente a 7 (sete) e a altura de 8 (oito). O valor da altura desejada, dividido por 8 (oito), dará o valor do módulo, servindo para a obtenção das demais medidas;

III - o campo ocupa 2/3 (dois terços) da altura; o semeador mede 4 (quatro) módulos de altura, não enconsta nos bordos, ficando centralizado;

IV - o chefe ocupa 2 5/8m (dois módulos e sessenta e dois centésimos) e nele se acha a figura de um sol nascente, com feições humanas, com o diâmetro de 1 1/2m (um módulo e cinco décimos), centralizado donde partem raios com 1 (um) módulo de comprimento, sendo quatro flamajantes e cinco retilíneos, ocupando a metade da largura do chefe e de três montes, sendo o primeiro de 1 1/2m (um módulo e cinco décimos) de altura, o segundo de 13/16m (oitenta e um centésimos de módulo) e o terceiro 7/8m (oitenta e sete centésimos de módulo) ocupando a outra metade;

V - a figura da harpia pousada no meio do escudo, estendida e olhando de frente, mede 12 (doze) módulos de envergadura e 5 1/2 (cinco módulos e cinco décimos) de altura;

VI - os eixos dos ramos vegetais acompanham as linhas laterais do escudo, ficam afastados 1 (um) módulo, terminando na al-

tura da linha do bordo horizontal do escudo; os ramos são cruzantes inferiormente na linha mediana prolongada do escudo, com o de erva-mate sobre o de pinheiro e medem 1 (um) módulo de largura.

Art. 8º - O Brasão de Armas Estadual será confeccionado em monocromia ou em policromia, de acordo com o constante nesta Lei.

§ 1º - Na confecção policrômica deverão ser observadas as cores do padrão definidas nesta Lei.

§ 2º - Na confecção monocrômica será utilizada para a representação das cores, a conveção heráldica internacional, da forma seguinte:

- Cor verde ou sinopla, expressa por linhas diagonais que vão do cantão direito (esquerdo do desenhista) ao cantão esquerdo (direita do desenhista) da ponta.

- Cor branca, prata ou argenta, expressa deixando em branco o espaço que cobre.

- Cor azul ou blau, expressa mediante linhas horizontais.

- Ouro ou amarelo, expressa mediante pontos.

- Preto ou Sable, expressa por linhas verticais e horizontais cruzadas.

Seção IV - Do Hino Estadual

Art. 9º - O Hino Estadual, composto da música do maestro Bento João D'Albuquerque Mossurunga e do poema de Domingos Vergílio Nascimento, tem a seguinte letra:

Entre os astros do Cruzeiro,
És o mais belo a fulgir

Coro

Paraná! Serás luzeiro!
Avante! Para o porvir!

O teu fulgor de mocidade,
Terra! Tem brilho de alvorada
Bis Rumores de Felicidade!
Canções de flores pela estrada.

Entre os astros do Cruzeiro, etc.

Outrora apenas panorama
De campos ermos e florestas
Bis Vibra agora a tua fama
Pelos clarins das grandes festas!

Entre os astros do Cruzeiro, etc.

A glória... A glória... Santuário!
Que o povo aspire e que idolatre-a
Bis E brilharás com brilho vário,
Estrela rútila da Pátria!

Entre os astros do Cruzeiro, etc.

Pela vitória do mais forte,
Lutar! Lutar! Chegada é a hora.
Bis Para o zenith! Eis o teu norte!

Terra! Já vem rompendo a aurora!

Entre os astros do Cruzeiro, etc.

Es o mais belo a fulgir

Coro

Paraná! Serás luzeiro!

Avante! Para o porvir!

Seção V - Do Sinete Estadual

Art. 10 - É instituído o Sinete Estadual, de conformidade com as seguintes características:

I - a esfera da Bandeira Estadual, com as estrelas da Constelação do Cruzeiro do Sul, na forma ali disposta é circundada por círculo concêntrico em cujo inferior acha-se a inscrição, na orla, "ESTADO DO PARANÁ" e no exergo a data da emancipação política "19.12.1853";

II - As medidas modulares para confecção são as mesmas fixadas para a construção da esfera da Bandeira;

III - o círculo externo tem 1 (um) módulo de largura;

IV - as letras e algarismos medem respectivamente 3/4m (setenta e cinco centésimos de módulo) e 5/8m (sessenta e dois centésimos de módulo) de altura e são do tipo HELIOS BOLD. Encontram-se distribuídos harmonicamente e não encostam nas circunferências;

V - o Sinete será impresso em monocromia, sem a representação heráldica das cores da esfera.

Capítulo III

DA APRESENTAÇÃO DOS SÍMBOLOS ESTADUAIS

Seção I - Da Bandeira Estadual

Art. 11 - A Bandeira Estadual pode ser apresentada em todas as manifestações que não ofendam os sentimentos e os valores paranistas.

Art. 12 - A Bandeira pode ser:

I - hasteada em mastro ou adriças, nos edifícios públicos ou particulares e em qualquer lugar em que lhe seja assegurado o devido respeito;

II - distendida e sem mastro;

III - reproduzida sobre o papel, tecido, plástico, paredes, tetos, vidraças e veículos;

IV - reunida a outra bandeira, formando conjuntos;

V - conduzida em formaturas, desfiles ou individualmente;

VI - distendida sobre ataúdes, até a ocasião do sepultamento.

Art. 13 - Hastea-se diariamente a Bandeira:

I - nos edifícios dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do Estado;

II - nas Prefeituras e Câmaras Municipais;

III - nas repartições estaduais localizadas nas faixas de fronteira internacional;

IV - nas unidades policiais-militares, de acordo com o regulamento próprio.

Art. 14 - Hastea-se, obrigatoriamente, a Bandeira, nos dias de festa ou de luto nacional e ou estadual, em todas as repartições públicas estaduais.

Parágrafo Único - Nas instituições de ensino de todos os níveis, é obrigatório o hasteamento solene da Bandeira, durante o ano letivo, pelo menos uma vez por semana.

Art. 15 - A Bandeira pode ser hasteada e arriada a qualquer hora do dia ou da noite, permanecendo à noite devidamente iluminada.

Art. 16 - Quando diversas bandeiras são hasteadas, sem a presença da Bandeira Nacional, e simultaneamente, a Bandeira Estadual é a primeira a atingir o tope e no arriamento a última a dele descer.

Art. 17 - Por ocasião de luto oficial, a Bandeira fica a meio-mastro. No hasteamento ou arriamento, deve sempre ser levada, inicialmente ao tope, para depois situar-se a meio-mastro.

Parágrafo Único. Em cerimônia fúnebre a bandeira poderá ser conduzida com um laço de cor preta atado junto à lança do mastro.

Art. 18 - A Bandeira Estadual será sempre hasteada em funeral, quando for decretado luto oficial.

Art. 19 - A Bandeira Estadual, em todas as apresentações, no território paranaense, ocupa lugar de honra, nas seguintes posições:

I - central, quando o número de bandeiras for ímpar;

II - à direita, quando o número de bandeiras for par;

III - destacada, à frente de outras bandeiras, quando conduzida em formaturas ou desfiles;

IV - à direita de mesas de reunião, tribunas e púlpitos;

V - centralizada, o mais próximo do centro e à direita deste, quando houver número apreciável de bandeiras em linha de mastro, escudo ou assemelhado.

§ 1º - Quando reunida à Bandeira Nacional, nos termos da legislação federal, a Bandeira Estadual ocupa as seguintes posições:

I - à direita da Bandeira Nacional, quando o número de bandeiras for ímpar;

II - à esquerda e ao lado da Bandeira Nacional, quando o número for par.

§ 2º - Considera-se direita de um conjunto de bandeiras, a direita de uma pessoa colocada junto a ele e voltada para a rua, para a platéia ou de modo geral para o observador.

Art. 20 - A Bandeira deve ser guardada em local apropriado e digno.

Art. 21 - Quando distendida sobre ataúde, no enterramento de pessoa com direito a esta homenagem, ficará a tralha da face direita, do lado da cabeça do morto.

Seção II - Do Hino Estadual

Art. 22 - A execução do Hino Estadual obedecerá às seguintes normas:

I - será executado em andamento Marcial, com indicação metronômica de uma semínima igual a 100 (cem);

II - é mantido o tom original de si bemol maior para a execução vocal e instrumental;

III - o canto será sempre em uníssono, admitindo-se a execução por voz solista;

IV - nos casos de execução instrumental, tocar-se-á a música integralmente, mas sem repetições;

V - não havendo possibilidade de execução ao vivo, admite-se a reprodução do Hino por meio eletrofônicos.

Art. 23 - O Hino será executado em todas as cerimônias que exaltem e estimulem os sentimentos e valores paranistas bem como no hasteamento e arriamento da Bandeira Estadual.

Seção III - Do Brasão de Armas Estadual

Art. 24 - É obrigatório o uso do Brasão de Armas Estadual:

I - nos edifícios dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário;

II - nos quartéis das unidades policiais-militares;

III - na frontaria ou no salão principal das instituições de ensino do Estado;

IV - nas placas de inauguração de edifícios e obras públicas;

V - nos impressos oficiais de nível estadual.

Seção IV - Do Sinete Estadual

Art. 25 - O Sinete Estadual será usado para autenticar os atos do Governo estadual e bem assim diplomas e certificados expedidos pelos órgãos oficiais.

Capítulo IV

DAS CORES ESTADUAIS

Art. 26 - Consideram-se cores estaduais o verde e o branco.

Art. 27 - As cores estaduais podem ser usadas sem restrições.

Capítulo V

DO RESPEITO À BANDEIRA E AO HINO ESTADUAL

Art. 28 - Nas cerimônias de hasteamen-

to e arriamento, nas ocasiões em que a Bandeira Estadual se apresentar em marcha ou cortejo, bem como na execução do Hino Estadual, todos devem tomar atitude de respeito, de pé e em silêncio, os civis do sexo masculino com a cabeça descoberta e os policiais militares em continência, conforme o respectivo regulamento da corporação.

Art. 29 - São consideradas manifestações de desrespeito à Bandeira Estadual e portanto proibidas:

I - apresentá-la em mau estado;

II - mudar-lhe a forma, cores, proporções ou acrescentar-lhe inscrições;

III - usá-la como peça de roupa, reposteiro, pano de boca, guarnição de mesa, revestimento de tribuna, ou como cobertura de placas, retratos, painéis ou monumentos a inaugurar;

IV - reproduzi-la em rótulos ou invólucros de produtos.

Art. 30 - As Bandeiras em mau estado de conservação devem ser entregues às respectivas Secretarias de Estado, para que sejam incineradas no Dia da Bandeira, segundo cerimonial próprio.

Art. 31 - Não será incinerada, mas recolhida ao Museu Paranaense a Bandeira Estadual que esteja ligada a um fato histórico de relevante significação.

Art. 32 - São vedadas a adaptação e a execução de quaisquer arranjos vocais ou instrumentais do Hino Estadual, que não seja os previstos nesta lei.

Capítulo VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33 - Haverá na Secretaria de Estado da Cultura, no Arquivo Público do Paraná e no Museu Paranaense, uma coleção de exemplares-padrão dos Símbolos Estaduais, a fim de servirem de modelos obrigatórios para a respectiva feitura ou execução, constituindo o instrumento de confronto para a aprovação dos exemplares destinados à reprodução, procedam ou não da iniciativa particular.

Art. 34 - Os exemplares da Bandeira e do Brasão de Armas Estadual, não podem ser postos à venda ou distribuídos gratuitamente, sem que tragam na tralha do primeiro ou no reverso do segundo, a marca e o endereço do fabricante ou editor, bem como a data de fabricação.

Art. 35 - Os eventuais fabricantes ou editores dos Símbolos Estaduais, antes de sua elaboração, devem submeter os projetos aos órgãos encarregados da Secretaria de Estado da Cultura, para aprovação e autorização.

Parágrafo Único - A produção de quaisquer Símbolos Estaduais estabelecidos e

definidos nesta Lei, será confiscada pelo Estado, sem direito à indenização, desde que sua elaboração não mereça prévia aprovação, conforme o disposto neste artigo.

Art. 36 - É obrigatório o ensino do desenho e do significado da Bandeira Estadual, bem como do canto do Hino Estadual em todos os estabelecimentos de ensino, do primeiro e segundo graus.

Art. 37 - As Secretarias de Estado da Cultura e da Educação farão a edição oficial definitiva de todas as partituras do Hino Estadual, e bem assim promoverão a gravação em discos e fitas de sua execução instrumental e vocal, bem como a letra declamada, devendo ainda promoverem a edição em livreto e em fita de vídeo dos Símbolos Estaduais, para distribuição às escolas.

Art. 38 - O Poder Executivo regulará os pormenores do cerimonial referente aos Símbolos Estaduais.

Art. 39 - É fixado o prazo de 1 (um) ano para as firmas confeccionadoras da Bandeira do Estado do Paraná se adequarem ao disposto nesta Lei e de 180 (cento e oitenta) dias para os Órgãos Oficiais de Imprensa do Estado, substituírem os respectivos Símbolos.

Parágrafo Único. Os Símbolos a serem substituídos pela presente lei, deverão ser recolhidos e encaminhados aos museus locais.

Art. 40 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 127/90

Curitiba, 27 de junho de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de Lei que objetiva a revogação do § 2°, do artigo 94, da Lei n° 8.485, de 03 de junho de 1987. Tal parágrafo dispõe que os auditores independentes a que alude o art. 94, da referida Lei n° 8.485/87, não poderão auditar a mesma entidade por mais de dois exercícios financeiros seguidos.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa consubstancia medida, que sob todos os aspectos, é plenamente oportuna e conveniente, conforme motivos abaixo alinhados.

Um dos princípios regentes do comando normativo encartado no § 1° do artigo 94 da precitada lei é o de assentar em tom enfático a finalidade preventiva da auditoria, de modo a ensejar a ilação de que pretendeu salvaguardar os interesses da administração indireta, por meio de medidas acautelatórias.

Ora, a determinação contida no dispositivo que se pretende revogar tem se

Curitiba, quinta, em 28.06.89

apresentado como empecilho a que se atinja esse desiderato, em razão de um processo natural de solução de continuidade provocado pela alteração das empresas de auditorias.

Não há como evitar que isto ocorra naturalmente na medida em que cada mudança de empresa, por vencido o prazo legal permitido para a contratação, implica também na diversidade de ações a serem tomadas em face da própria filosofia de cada uma delas, acarretando, de consequência, o não atingimento, de imediato e sem quebras, dos objetivos colimados.

Destarte, verifica-se no caso uma completa incompatibilidade entre a consecução dos fins preventivos e a troca sucessiva de empresas, em razão de que o lapso de tempo (2 anos), é por demais exíguo para permitir à auditoria empreender e projetar política acautelatória dos interesses da administração.

Essa antinomia configurada deve ser solucionada, considerando-se o superior interesse da administração.

Ora, na perspectiva de que um serviço de auditoria bem executado possibilita aos administradores uma visão mais correta dos problemas da entidade, viabilizando o emprego de meios mais eficazes para a preservação e saneamento das finanças, e sendo consequência da vedação contida no art. 94, § 2° da Lei 8.485/87, a interrupção desse processo contínuo e constante de aprimoramento de planos e de medidas econômicas de necessária adoção para o melhor gerenciamento da coisa pública, não resta dúvida que a revogação do mencionado dispositivo viria facilitar o processo de planejamento, evitando, outrossim, solução de continuidade no trabalho preventivo executado pela auditoria.

Certo de que a medida merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e consequente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica revogado o § 2°, do artigo 94, da Lei n° 8.485 de 03 de junho de 1987.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 128/90

Curitiba, 27 de junho de 1990.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual,

solicitar autorização dessa Augusta Assembleia Legislativa a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com o Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisas constantes do Anexo I da referida minuta.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 129/90

Curitiba, 27 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Convênio, cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 04 de junho de 1990, entre a Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEAG/PR, objetivando estabelecerem um Plano de Cooperação Técnica e Financeira, com vistas ao desenvolvimento econômico estadual, mediante fomento à industrialização regional e municipal.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 130/90

Curitiba, 27 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembleia Legislativa a fim de que o Estado do Paraná, através do Secretário Estadual da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com a Fundação de Pesquisas Florestais - FUPF, objetivando a prestação de apoio financeiro visando a realização pela FUPF dos projetos de pesquisa constante do Anexo I da referida minuta.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 131/90

Curitiba, 27 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar autorização dessa Augusta Assembleia Legislativa a fim de que o Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, possa, nos termos da anexa minuta, celebrar convênio com a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, objetivando a prestação de apoio financeiro para a realização de pesquisa constante do Anexo I da referida minuta.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 132/90

Curitiba, 27 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência para, nos termos do art. 54, inciso XXI, da Constituição Estadual, solicitar ratificação dessa Augusta Assembleia Legislativa ao Convênio, cuja cópia segue em anexo, já celebrado, por motivo de urgência, em 06 de junho de 1990, entre o Estado, através do Secretário Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e a Sociedade Brasileira da Mandioca, objetivando a Cooperação Técnica e Financeira do SECRETÁRIO ao VI CONGRESSO BRASILEIRO DA MANDIOCA.

Certo de que a presente solicitação merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 133/90

Curitiba, 27 de junho de 1990.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que tem por objetivo viabilizar a estadualização das Centrais de Abastecimento do Paraná - CEASA DO PARANÁ.

O Estado assumiria o controle acioná-

rio, mediante a incorporação das ações da União (51%), as quais ser-lhe-iam transferidas gratuitamente.

Como contrapartida à doação das ações, o Estado assumiria o passivo da Empresa, que corresponde ao débito com o BNDE de Cr\$ 180 milhões; ao provável débito referente a ação trabalhista, estimada em Cr\$ 100 milhões e, finalmente com a ação civil promovida pela C.R. Almeida, já vencida pela CEASA DO PARANÁ em primeira e segunda Instâncias, mas que se houver reversão na última Instância não atingirá Cr\$ 60 milhões.

Assim, na pior das hipóteses o ônus do Estado será de Cr\$ 340 milhões no máximo. Em compensação, será aquinhoadado com um patrimônio imobilizado de mais de Cr\$ 1.100.000.000,00.

Consumada a incorporação acionária e a conseqüente estadualização, convém esclarecer, a CEASA poderá dispor de parcela patrimonial para saldar totalmente seus débitos.

Além disso, o Estado, desde que cumpridas as formalidades legais da espécie, ficaria capacitado a privatizar, incorporar, fundir e, enfim, tomar qualquer medida racionalizadora que se fizer recomendável.

Assim, trata-se de uma medida salutar ao Estado, pelo que temos certeza, encontrará guarida nessa Nobre Casa.

Certo de que a medida merecerá dessa Augusta Casa o necessário apoio e conseqüente atendimento, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a aceitar da União Federal, em doação com encargos, a totalidade das ações Integrantes do Capital Social das Centrais de Abastecimento do Paraná - CEASA/PR, nos termos do Art. 2º do Decreto Lei nº 2.427, de 08 de abril de 1988.

Art. 2º - A doação referida no artigo anterior tem por finalidade a regionalização dos serviços prestados pela CEASA e far-se-á mediante assunção, pelo donatário, dos encargos seguintes:

I - Obrigação de manter inalterado o objeto social da CEASA;

II - Inclusão de representantes dos usuários e dos empregados da CEASA nos órgãos de administração da sociedade;

III - Observância da orientação normativa dos órgãos e entidades da Administração Federal;

IV - Obrigação de assegurar à Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL, sob a forma de comodato, a posse por prazo in-

determinado de uma área de 840 m² na Central de Abastecimento Regional de Londrina; uma área de 540 m² na Central de Cascavel e uma área de 600 m² no Bairro do Capão da Imbuia em Curitiba, área esta pertencente a terceiro, cuja utilização gratuita deverá perdurar enquanto a CEASA possuir a administração do imóvel;

V - Ceder, sob a modalidade de comodato, uma área de até 5.000 metros quadrados, sem benfeitorias, em favor da Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL/PR para efeito de expansão de sua área física, junto à Unidade Atacadista do Pinheirinho - Curitiba.

Parágrafo Único - A gratuidade assegurada nos itens IV e V deste artigo não exime a COBAL de concorrer, como condômina, no rateio para pagamento de despesas comuns de manutenção e conservação do patrimônio imobiliário da CEASA/PR.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover os atos legalmente necessários a fim de que a CEASA/PR faça doação à COBAL do imóvel de que trata o inciso V, do artigo anterior.

Art. 4º - Fica a Procuradoria Geral do Estado autorizada a representar o Estado em todos os atos necessários ao cumprimento da presente lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

Sob o nº 45/90, do Senhor Desembargador Abrahão Miguel, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça, encaminhando Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a competência do Tribunal de Justiça para fixar o limite máximo de remuneração no âmbito do Poder Judiciário. Ao conhecimento da Casa.

Sob os nºs DTL/165, 166, 167, 168, 169, 170, 171 e 173/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei nºs 208/90, 270/90, 019/90, 204/89, 047/90, 046/90, 227/90 e 178/90, respectivamente. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob o nº DTL/175/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Parcialmente o Projeto de Lei nº 293/90, por julgar as partes vetadas inconstitucionais. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os nºs DTL/SAT/172 e 174/90, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei números:

281/90: De autoria do Deputado Lauro Lobo Alcantara, que autoriza o Poder Executivo a doar os lotes que especifica ao Município de Itapejara D'Oeste, o qual converti-

do em Lei tomou o n° 9.306. Anote-se. Arquivase-se.

329/90: De autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que autoriza o Poder Executivo a contrair empréstimos destinados ao refinanciamento de dívidas contraídas pela Administração Direta ou Indireta, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.307. Anote-se - Arquivase-se.

Curitiba, 15 de junho de 1990

OF. SEPL/S/183/90

Senhor Presidente.

Em atenção ao Of. 4974/90/DA/CEA/SC de Vossa Excelência, protocolado sob n° 241.139/3, encaminho anexo a Informação, n° 22/90 da Coordenadoria de Orçamento e Programação, referente aos gastos aplicados em educação.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço.

(a) JOSÉ BERNARDONI FILHO

Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

INFORMAÇÃO N° 22/90

PROTOCOLO: n° 241.139-3

ASSUNTO: Solicitação do Deputado Estadual Hermas Brandão, sobre os gastos aplicados em Educação em 1990.

As receitas arrecadadas pelo Governo do Estado do Paraná, no exercício de 1989 e que servem de base para o cálculo dos limites mínimos de aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino público, alcançaram a cifra de Cr\$ 3.798,8 milhões.

Para cumprimento do artigo 212 da Constituição Federal e do artigo 185 da Constituição Estadual, as despesas líquidas realizadas pelo Governo do Estado, no exercício de 1989 somaram NCz\$ 1.930,00 milhões a saber:

Despesa realizada	Cr\$ 1.985.708.579,43
(-) Cota-Parte do	
Salário Educação	Cr\$ 55.661.684,43
Despesa Líquida	Cr\$ 1.930.046.893,00

Percentual de = $\frac{1.930.046.893,00}{3.798.807.027,00} = 50,81\%$
Aplicação

Para os primeiros 4 meses de 1990, o montante dos gastos aplicados em Educação, conforme a execução orçamentária, por grau de ensino respectivamente 1°, 2° e 3° graus, o percentual aplicado em relação ao montante total, custo por aluno e número total de alunos atendidos, apresentamos a seguir:

ORÇAMENTO ATUAL PARA A ÁREA DE EDUCAÇÃO, VALOR EMPENHADO, COM RECURSOS DO TESOUREIRO, PERCENTUAL APLICADO, ALUNOS MATRICULADOS, CUSTO ALUNO
EM 30.04.90.

Cr\$ 1,00

Especificação	Org. Atual 1º/2º/3º Graus A	Empenhado até 30.04.90 B	% C	Alunos Matriculados D	Custo Aluno (B:D):4
1º Grau (1)	6.750.978.969	1.942.508.751	10,78	1.233.261(2)	393,77
2º Grau	1.036.962.198	241.316.171	1,33	161.756(2)	372,96
3º Grau	3.739.986.280	1.222.443.331	6,78	45.173(3)	6.765,34
Inativos	-	792.438.085	4,40	-	-
Total Estado	52.020.487.748	18.013.107.568	23,29	-	-
		(4)			

(1) Incluindo o Ensino Supletivo e Educação Especial. (2) Matrícula inicial.
(3) Dado fornecido pelas unidades. (4) Não incluídos as Despesas dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Os valores orçamentários dispendidos na educação referem-se exclusivamente ao ensino de 1º, 2º e 3º graus, incluídos os gastos com inativos do magistério público.

É a informação

Curitiba, em 08 de junho de 1990.

NAZIRA ZENIDIN
Técnica em Orçamento

De acordo, em 11/06/90
JOSÉ BORTOLO BREDA
Coordenador

872 Curitiba, 08 de junho de 1990.
Senhor Presidente.

Em atenção ao Ofício n° 5721/90, dessa Assembleia Legislativa, o qual solicita informações sobre o andamento das obras de pavimentação do trecho Campo Magro - Bateias, temos a informar a Vossa Excelência que as mesmas estão paralisadas, com suspensão de prazo formalizadas em virtude das dificuldades financeiras atuais e que tão logo sanadas, acarretarão no reinício imediato dos serviços restantes.

Na oportunidade, apresentamos nossos protestos de elevada estima e consideração.

(a) RUBENS GABARDO
Diretor Geral

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1778

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, em caráter de Regime de Urgência, o encaminhamento do Projeto de Lei n° 54/89, que declara de Utilidade Pública a Associação Menonita Beneficente de Palmeira, a uma imediata inclusão na Ordem do Dia, transformando-se o Plenário em Comissão Geral.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 1761

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado em Regime de Urgência o Projeto de Lei n° 365/90, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento às Micro, Pequenas e Médias Empresas do Setor Produtivo do Estado do Paraná - FPR, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1790

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei n° 403/89.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1767

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação ao Projeto de Resolução n° 77/90, de autoria da Comissão Executiva, que acresce 14% aos vencimentos dos funcionários efetivos, inativos, celetistas e cargos em Comissão, simbologia G, desta Assembléia Legislativa.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) MÁRIO PEREIRA

REQUERIMENTO N° 1763

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Votação aos Projetos de Lei n°s 361 e 362/90, constantes da Ordem do Dia de hoje, em 1.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1752

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Preferência de Discussão e Votação ao Projeto de Lei n° 120/89, que cria o Município de Ângulo.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 1781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pela Resolução

Curitiba, quinta, em 28.06.89

n° 112/86, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER dispensa da discussão e votação aos projetos aprovados em 3.ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1762

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, pelo prazo de três (03) sessões, do Projeto de Lei n° 314/90, constante da pauta de hoje em 1.ª Discussão.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N° 1766

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transformação do Plenário desta Casa de Leis, em Comissão Geral, para a votação do Projeto de Lei n° 65/89, em Regime de Urgência.

Tal projeto de lei, trata da declaração de Utilidade Pública da Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Terra Roxa - APOSTER.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) PAULINO DELAZERI

REQUERIMENTO N° 1748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transformação da Assembléia Legislativa do Paraná em Comissão Geral, para apreciação do Projeto de Lei n° 375/90, que cria o Município do Novo Sarandi, desmembrado de Toledo.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) SABINO CAMPOS

REQUERIMENTO N° 1743

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo Art. 35 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a constituição da Assembléia em Comissão Geral de Plenário, para apreciação e parecer ao Projeto de Lei n° 366/90, de minha autoria, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Florestópolis, com sede e foro no Município de Florestópolis.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 1780

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados expedientes às autoridades competentes, no sentido de estudar a viabilidade de ser instalada a 3ª Vara Criminal na Comarca de Cascavel.

Esta reivindicação, além de necessária aos devidos setores, para o melhor desempenho às autoridades encarregadas, é reforçada pela eminente Vereadora Terezinha Depubell Dantas.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

Destina-se o presente, a iniciativa de cunho altamente social, por entender-se fazer mister naquela comunidade, uma 3ª Vara Criminal, haja o excesso de processos já tramitando nas varas existentes.

REQUERIMENTO N° 1779

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário da Saúde, para que estude em medida de urgência o melhoramento do Posto de Saúde de Iporã, dotando o mesmo com um aparelho telefônico, abandonando a antiga prática de se exigir tais providências onerando-o com obrigação a cargo dos cofres estaduais.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO N° 1751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, para que, em regime de prioridade, a execução do recapeamento das Rodovias BR-158, trecho ponte do Rio Chopim, até a cidade de Pato Branco; Rodovia PR-281, de Mangueirinha, até o trevo c/BR-373; Rodovia BR-277, trecho Três Pinheiros até a cidade de Guaraçuva; trecho: relógio até Palmeira, trevo que contorna para Ponta Grossa e São Mateus do Sul, atendendo determinação federal, que repassa as unidades federativas a responsabilidade de recuperação das rodovias em seus territórios.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

REQUERIMENTO N° 1768

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual Paulino Delazeri,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Agricultura, solicitando a instalação de um entreposto de venda de insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) PAULINO DELAZERI

REQUERIMENTO N° 1753

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de voto de congratulações ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, nas pessoas do seu Comandante, Cel QOBM Miguel Arcanjo Capriotti e demais membros da Corporação, pela comemoração, dia 02 de julho de 1990, do "Dia Nacional do Bombeiro", e pelo lançamento, nesta mesma data, da "Semana de Prevenção Contra Incêndios/90".

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a Sessão Ordinária do dia 29.06.90 seja realizada às 10 horas.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

Apoio: CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO N° 1782

Senhor Presidente.

Após o exaustiva análise e profundo debate nesta Assembléia, foi aprovado o orçamento do Estado, conforme Lei Estadual 9173 de 27 de dezembro de 1989, e posteriores revisões pelas Leis n°s 9217/90 e 9279/90, permitindo que todos os programas prioritários e máquina governamental tenham perfeito funcionamento.

Desta forma, o trâmite de pedidos de suplementação, revisão ou alteração no atual orçamento, envolvendo valores significativos podem sofrer o trâmite normal de análise por esta Casa de Leis, sem a força das emergências presentes da falta de recursos, especialmente por estarmos ainda no meio do ano fiscal, gerando maior controle e transparência das contas públicas.

Considerando-se estas observações, as lideranças abaixo-assinadas, REQUEREM que os Projetos de Lei alterando o orçamento em vigor com suplementação e restimação de receita ao ORÇAMENTO DO ESTADO, n° 362 e 363/90, em tramitação, sejam devidamente

complementadas pelo Poder Executivo, através da descrição efetiva de suas aplicações e devidas discriminações, conforme determina a Constituição Estadual nos seus artigos 133, 134 incisos e parágrafos.

Com o atendimento a esta solicitação, além do respeito a nossa Constituição teremos com certeza maior facilidade de análise e aprovação dos projetos em tela, inclusive com maior dinamismo para o Poder Executivo, e a afirmação da nova prática legislativa de respeito aos poderes e o atual estado constitucional de direito.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(aa) NEREU CARLOS MASSIGNAN

Líder do PSDB

VALDERI MENDES VILELA

Líder do PDT

ALGACI TÚLIO

FERRARI JÚNIOR

Líder do PRN

REQUERIMENTO N° 1744

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor CABORACY KOSOP, ocorrido nesta Capital em 26.06.90.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 39 anos faleceu nesta Capital em data de ontem o Senhor CABORACY KOSOP.

O extinto deixa viúva a Senhora GILCEIA e dois filhos.

Pertencia à tradicional família curitibana. Era irmão do funcionário aposentado deste Poder, Dr. Luiz Fernando Kosop, do Dr. Hugo Kosop e de Verginia Kosop.

Seu passamento veio a abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos dentre os quais este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo CABORACY.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná através deste Deputado tem o dever de associar-se à dor que abalou a família KOSOP endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos

Curitiba, quinta, em 28.06.89

conforte.

REQUERIMENTO N° 1754

Senhor Presidente.

O Deputado NILTON BARBOSA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, sejam oficiados votos de congratulações para com o Doutor CARLOS ANTONIO DE ALMEIDA FERREIRA, Presidente do BADEP, pelos auspiciosos resultados auferidos pela referida instituição, superando em 22% a meta já audaciosa - programada para o mês de maio, o que levou significativamente o montante de recursos aplicados no primeiro semestre deste ano. Isso sem dúvida vem demonstrar a sua capacidade de gerir bem público, com uma visão administrativa inigualável, demonstrada, aliás, no Banco do Estado do Paraná.

Tal feito, alcança relevo maior, se analisarmos que o mesmo se deu em condições extremamente desfavorável da economia nacional.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) NILTON BARBOSA

REQUERIMENTO N° 1756

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração de votos de congratulações pelo transcurso da magna data de 2 de julho, oportunidade em que se comemora o Dia o Bombeiro.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes autoridades:

- Cel. Miguel Arcanjo Capriotti Comte. do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Rua Nunes Machado, 130 - Curitiba - Pr

- Capitão Cleodelino Miguel da Silva

Rua Nunes Machado, 130 - Curitiba - Pr

- Capitão José Carlos Tomaz - Comte.

Corpo de Bombeiros de Apucarana.

Rua Ponta Grossa, 1949 - Apucarana - Pr.

Sala das Sessões em, 28.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1757

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consagração de votos de congratulações pelo transcurso da magna data de 06 de julho, oportunidade em que se comemora o Dia Internacional do Cooperativismo.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Dr. Wilson Thiesen - Pres, da Ocepar
Av. Cândido de Abreu, 501 - Curitiba -

Pr.
 - Dr. Guntolf Van Kaick - Assessor da Coop. Agrícola de Cotia
 Rua Fernando Amaro, 280 - Curitiba - Pr.
 - Dr. João Alves do Nascimento - Pres. da Colari
 Rua Voluntários da Pátria, S/N - Mandaguari - Pr.
 - Dr. Amaro Assunção - Pres. da Cocari
 Rua L. Lovat S/N - Mandaguari - Pr.
 - Dr. Kazuo Katayama - Pres. da Coop. Agrícola de Cotia
 Rua Fernando Amaro, 280 - Curitiba - Pr.
 Sala das Sessões em, 28.06.90.
 (a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1758

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pelo Dia do Engenheiro Florestal, data esta em que se comemora a 12 de julho de 1990.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Dr. Silvio Péllico Neto
 Pres. do Instituto Florestal e do TECPAR
 Rua dos Funcionários S/N - Juvevê - Curitiba - Pr.
 - Dr. Luciano Pizzatto - Eng° Florestal e Deputado Estadual
 Assembléia Legislativa do Paraná
 - Dr. Luiz Carlos Herde
 Pres. da Assoc. Paranaense dos Engenheiros Florestais
 Rua Dr. Muricy, 476 - sala 6 - Curitiba - Pr.
 - Dr. Luiz Paulo Johansson - Eng° Florestal
 Assembléia Legislativa do Paraná - Gab. 004.
 - Prof. Nadir Silva Castro
 Coordenador da Faculdade de Floresta da UFPR
 Rua Bom Jesus, 650 - Cabral - Curitiba - Pr.
 Sala das Sessões, em 28.06.90.
 (a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1771

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas prerrogativas, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos do Poder Legislativo, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES à nova diretoria da ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS MORADORES DO BAIRRO DA BOA VISTA E ADJACÊNCIAS, eleita no dia 21 de abril próximo passado, ficando assim constituída:

Pres.: PAULO ROBERTO MOREIRA GOMES.
 Vice-Pres.: JOVINO CAVALHEIRO DOS SANTOS.
 Sec. Geral: EDNO MANOEL LOURENÇO.
 1° Sec.: WILLIAMS Z. DA SILVA.
 1° Tes.: EDENILSON L. DOS SANTOS.
 2° Tes.: ELIANE SIQUEIRA.
 Dir. Social: ADELVAR KRAINSKI.

CONSELHO FISCAL

Membros efetivos:
 ROBERTO JOSÉ CAVALHARI.
 HEITOR J. DE ARAÚJO.
 ADEMAR ANSELMO.
 Membros suplentes:
 ROSA CRUZETA.
 ETELVINA DA SILVA.
 CARLOS A. ANTONIACOMI.

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

MARLI ALVES MEIRA.
 PAULO ROBERTO M. GOMES JR.
 ROBERTO JOSÉ CAVALHARES.
 VALDINÉIA B. DE SOUZA CAVALHARES.
 DJANIRA SALDANHA.
 MARLENE MALTACA DA SILVA.
 TEREZINHA DA SILVA.
 SOLANGE BIARA.
 MARIA LÚCIA PANCIONE NETO.
 GILBERTO CORREIA DOS SANTOS.

DEPARTAMENTO DE ORIENTAÇÃO E PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Coordenador: PAULO R. M. GOMES.
 Sub. Coordenador: MARIA GONZAGA DE MELLO.
 Secretária: ELIANE SIQUEIRA.

Que o presente requerimento represente nossos sinceros cumprimentos, bem como efusivos votos de uma gestão altamente profícua e empreendedora, o que, temos certeza, será efetivado, à medida em que vemos constar dentre os diretores, nomes de pessoas da maior liderança e espírito comunitário, conforme demonstrações quando de mobilizações para conquistas na qualidade de vida dos moradores do Bairro da Boa Vista e adjacências.

Que do presente se dê ciência aos homenageados na sede da Associação (Rua Nossa Senhora de Nazaré, 900, Boa Vista).

Sala das Sessões, em 28.06.90.
 (a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1776

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a consignação de votos de congratulações pelo transcurso do Dia do Pescador, que se comemora em 29.06.90.

REQUER, ainda, que do presente se dê ciência às seguintes pessoas:

- Edmir Manoel Ferreira
Pres. da Colônia dos Pescadores Profissionais de Paranaguá
Rua João Estevão, 639 - Paranaguá - Pr.
- João Luis Pereira
Pres. da Colônia dos Pescadores de Matinhos
Rua Prof. Roque Vernália, S/N - Matinhos - Pr.
- Edson Carlos Bernaderli
Assembléia Legislativa do Paraná - Gab. 307
- Masahico Ohi
Rua Robert Kennedy, n° 2 - Alto Bacacheri - Curitiba - Pr.
Sala das Sessões, em 28.06.90.
(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 1745

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o registro em Ata da presente sessão, de votos de regozijo, e cumprimentos pela data que assinala a 14 de julho próximo vindouro, o 73° Aniversário de Fundação, do promissor Município de Teixeira Soares, manifestações essas extensivas ao Excelentíssimo Senhor João Inácio Ross, Digníssimo Prefeito Municipal, ao Ilustríssimo Senhor Elias Francisco Loss, Mui Digno Vice-Prefeito Municipal, ao Excelentíssimo Senhor Vereador Luiz Vascoski, Digníssimo Presidente da Câmara Municipal, Ilustríssimo Senhor Vereador João Batista de Jesus Bello, Digno Vice-Presidente da Câmara, Ilustríssimo Senhor Vereador Antonio Accordi Filho, Mui Digno 1° Secretário da Câmara Municipal, Ilustríssimo Senhor Vereador Otoni da Silva Pires, Mui Digno 2° Secretário da Câmara Municipal, Ilustríssimos Senhores Vereadores José Antonio Jacomel, Antonio Carlos Cabral, Julio Kuller, Vicente Mendes de Oliveira e Hildebrando Simão Grechinski; Excelentíssima Senhora Doutora Eulália Nalevaiko, Meritíssima Juíza de Direito daquela Comarca e Ilustríssimo Senhor Doutor Vanderlei Carvalho da Silva, Mui Digno Promotor de Direito.

Desta decisão, Requer, ainda, seja dada ciência aos homenageados.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando a satisfação e o regozijo da população e autoridades que representam o promissor Município de Teixeira Soares na passagem do seu 73° Aniversário de Fundação, queremos prestar-lhes nossa homenagem nesta Casa como reconhecimento e gratidão pela inestimável contribuição emprestada ao Município e, por extensão, ao

Paraná.

Assim, movido desse espírito, houvermos por deixar registrado em Ata um pouco de sua história, feita da luta e da bravura de homens como João Augusto e João Bernardes e tantos outros que lá aportaram fazendo daquêle pequeno rincão a sua terra mãe.

"As primeiras penetrações por civilizados no território do atual Município de Teixeira Soares, foram feitas por tropeiros, a partir da segunda metade do século passado, os quais cruzavam a região através de picadas abertas por eles mesmos na mata virgem, nas suas viagens, com destino a Ponta Grossa, e procedentes do sul do Estado do Paraná.

O primeiro morador da localidade foi o paulista João Augusto, que lá aportou no ano de 1980, secundado por João Bernardes, também, procedente do Estado de São Paulo. Em 1896 chegaram à localidade Horácio Nunes e Joaquim Neves, na época em que se achava em construção a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande, e, bem assim, a Estação Ferroviária localizada na Vila de Valinhos, então sede de distrito do extinto município de Entre Rios.

Os quatro primeiros moradores se estabeleceram na localidade denominada Boa Vista (primeira designação do Município), por saberem que a passagem da Estrada de Ferro pela localidade seria um importante fator de progresso.

Cooperando para isso, ofereceram terrenos de suas propriedades à Estrada de Ferro, para que a Estação fosse construída na incipiente povoação de Boa Vista, o que conseguiram graças à colaboração do Engenheiro Doutor Andrade Pinto, sendo inaugurada a Estação de Boa Vista a 01 de janeiro de 1900, que passou a denominar-se Teixeira Soares, em homenagem ao notável Engenheiro Paranaense Doutor Teixeira Soares, uma das glórias da engenharia.

Pela Lei Estadual n° 1.696, de 26 de março de 1917, foi criado o Município de Teixeira Soares, sendo instalado logo a seguir quando foram empossadas as primeiras autoridades municipais. Pela Lei Estadual n° 2.765, de 09 de abril de 1930, o Município de Teixeira Soares foi elevado à categoria de Termo Judiciário, sendo o seu primeiro Juiz o cidadão João Negrão Júnior, e primeiro Promotor Público o Doutor Adib Laedone, passando, logo em seguida, à categoria de Comarca".

REQUERIMENTO N° 1769

Senhor Presidente.

O Deputado Paulino Delazeri, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado voto de louvor ao Senhor Leonardo Czelusniak, que por iniciativa pessoal doou ao Estado do

Paraná, através do Instituto de Terras, cartografia e Florestas, cerca de mil pinheiros araucária angustifolia, em árvores centenárias, porta sementes, consideradas raridades na região de Teixeira Soares, em conformidade com o Artigo 7º do Código Florestal (Lei nº 4.771/65).

A doação do Senhor Leonardo Czelusniak já foi transformada em lei Municipal, tornando imunes ao corte as araucárias angustifolias nos imóveis transcritos sob números 1.697/ 2003 e 2.611, no Cartório de Registro de Imóveis de Teixeira Soares. O primeiro lote de árvores preservadas tem uma extensão de cinco e meio alqueires situado no lugar Benfica ou Faxinal dos Pintos, onde foram preservadas 300 árvores, que não poderão sofrer corte.

O segundo lote conta com cem árvores numa área de três alqueires. O ITCF trabalha atualmente na identificação de novas árvores, procurando ampliar o volume de essências naturais a serem preservadas.

A iniciativa do Senhor Leonardo Czelusniak, deve ser revestida do maior reconhecimento público, diante do despreendimento de entregar ao Estado área de sua propriedade, para que este, através dos organismos competentes estabeleça formas de preservação da árvores símbolo do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

REQUERIMENTO Nº 1746

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado o Excelentíssimo Senhor Fernando Collor de Mello, Presidente da República e ao Ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva, solicitando interceder junto à presidência da TELEPAR, para que seja revista a portaria que altera o sistema de cobrança de impulso telefônico de Curitiba, em relação à região metropolitana.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O Município de São José dos Pinhais, dista a menos de 10 km de Curitiba e integrante da Região Metropolitana, é o sexto em arrecadação de ICMS no Estado e, com base nesse aspecto econômico, a Associação Comercial e Industrial do Município está mobilizada no sentido de que a portaria baixada pela TELEPAR, que passou a cobrar um impulso a cada 47 segundos (quando anteriormente era cobrado um impulso para cada 4 minutos), para ligações efetuadas de telefones comerciais para Curitiba, seja revista.

O aumento verificado é de 411%, com esta Portaria e as empresas de São José

dos Pinhais dependem, em sua maioria, de 95% de telefonemas para Curitiba.

REQUERIMENTO Nº 1770

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Excelentíssimo Senhor chefe da Casa Civil, gerenciando atendimento às solicitações do Instituto Paranaense de Administração de Pessoal.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

O IPAPe - Instituto Paranaense de Administração de Pessoal, seccional do Paraná da Associação Brasileira de Recursos Humanos, fundado em 15 de julho de 1966, portanto, há 24 anos, constitui-se numa associação de profissionais e de empresas voltados à Administração de Recursos Humanos em todo o Paraná, com maior concentração em Curitiba e Região Metropolitana.

Subsiste à custa de anuidades pagas pelos associados, não há qualquer fim lucrativo e seus diretores, todos vinculados à área de RH de suas empresas não recebem nenhum tipo de remuneração.

O objetivo da entidade é o de oferecer oportunidades de aperfeiçoamento profissional aos associados e não-associados, realizando reuniões, debates, cursos, palestras, seminários, encontros e congressos vinculados a temas relacionados com a administração de recursos humanos e todo o relacionamento entre capital e trabalho.

Em reconhecimento ao trabalho profícuo que idelisticamente realiza, o IPAPe foi reconhecido pelo ex-governador Hosken de Novaes, como entidade de utilidade pública estadual.

Desde o dia 16 de março deste ano, o IPAPe está com quase todos os recursos financeiros do bloqueados (e já eram poucos), restando-lhe, hoje, disponibilidade apenas para dois meses de manutenção (sede própria, conseguida com recursos próprios já mais de 15 anos, salários, previdência e custos administrativos).

As programações técnicas, que poderiam ser cobradas para permitir algum recurso, são inviáveis por pelo menos seis meses, ou mais, se a recessão econômica persistir, devido à retratação natural que as empresas assumem, num momento crucial como este.

Deste modo e nunca se tendo valido de sua condição de entidade de utilidade pública, vimos apelar ao Poder Executivo do Estado, através de seus mais expressivos representantes, no sentido de conseguirmos recursos financeiros das verbas destinadas às entidades de utilidade

pública, suficientes para a manutenção da instituição, a terceira mais antiga do Brasil, do sistema ABRH.

Anexamos ao presente, requerimento resumo dos principais eventos realizados nos últimos dez anos, "folder", informativo institucional e cópia da Lei 7660, de 08.10.82, que declarou o IPAPe de "Utilidade Pública".

Confiante na sensibilidade desse órgão para com as verdadeiras instituições democráticas, disseminadoras do pensamento crítico-constructivo, ficamos no aguardo de uma manifestação favorável.

Que do presente se dê ciência ao IPAPC, nesta Capital.

REQUERIMENTO N° 1777

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Abrahão Miguel, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, consubstanciado em solicitação para que, através da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, sejam criadas as Comarcas de Rio Azul e de Inácio Martins.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

A medida por nós apresentada é embasada na vontade das comunidades interessadas nas sobreditas criações.

Em Rio Azul quem muito se empenhou nesta nossa medida foi o Senhor Ansenor Valentin Giardi junto a Comunidade de Rio Azul.

Já em Inácio Martins quem contribuiu para levar nossa idéia adiante foi o Senhor Antonio Andrade.

Muito devem as comunidades interessadas nas referidas criações a estas duas pessoas que dão tanto de si em benefício coletivo.

Também muito colaborou o ex-Prefeito de Irati, Senhor Antonio Toti Collaço Vaz.

REQUERIMENTO N° 1773

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo do Estado ao Excelentíssimo Senhor Secretário Especial do Esporte e Turismo, encarecendo atendimento à solicitação constante do anexo, oriunda da União Cívica Feminina Paranaense.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A União Cívica Feminina Paranaense, é

Curitiba, quinta, em 28.06.89

uma entidade civil, sem fins lucrativos, filantrópica, reconhecida de Utilidade Pública Estadual desde 1966, que desenvolve extraordinário trabalho no campo da ação social, da cultura e promoção humana no Paraná.

Há anos, realiza com grande sucesso o Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras, que visa incentivar e premiar aqueles que se dedicam a essas modalidades da música instrumental no Paraná.

O XIII Concurso Estadual de Bandas e Fanfarras será realizado nos dias 15 e 16 de setembro próximo vindouro, nesta cidade de Curitiba.

Para abrigar os milhares de participantes que virão do interior do Estado, para participar do evento, a União Cívica Feminina está recorrendo à Secretaria do Esporte, no sentido de que sejam viabilizados 1.500 (hum mil e quinhentos) colchonetes

Maiores detalhes poderão ser obtidos diretamente com a União Cívica Feminina Paranaense, através de sua presidente, dona Dalila Lacerda.

Que do presente se dê ciência à UCFP.

REQUERIMENTO N° 1722

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial deste Poder Legislativo do Estado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, solicitando agilização no benefício solicitado pela servidora inativa Josefa Stille, através do protocolizado sob n° 837.200.4 (Protocolo Integrado), em 25 do mês em curso.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Como o senhor Secretário poderá avaliar pelos contra-cheques que tomamos a liberdade de anexar ao presente requerimento a referida servidora aposentou-se na função de Auxiliar de Serviços Div, quando atuava como auxiliar de gabinete de direção de escola, na Secretaria de Estado da Educação.

Estranhamente, há algum tempo, o contra-cheque passou a trazer como função inativa "servente".

Isto não teria qualquer problema, não representasse também, razoável perda nos vencimentos dessa senhora que tantos anos trabalhou pelo nosso Paraná.

Diante disso, solicitamos as devidas providências no sentido de que seja reparada a incorreção, bem como ressarcida a referida servidora, dos danos resultantes. Que do presente se dê ciência à interessada, na Rua Paraíba, 3244, Vila Guaf-

REQUERIMENTO 1786

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná, após ouvido em Plenário desta Casa, REQUER a Vossa Excelência, sejam enviadas cópias deste, solicitando ao Senhor Governador do Estado, ao Ministério da Aeronáutica, e ao DAC - Departamento de Aviação Civil, providências no sentido de que seja construído um aeroporto com capacidade para pouso e decolagem de aviões de grande porte entre as cidades de Toledo e Cascavel, neste Estado.

Sala das Sessões, em 28.06.90

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Há 40 anos aproximadamente, gente do sul do país iniciou o desbravamento do oeste paranaense e hoje, em apenas quatro decênios, é a região mais rica do Paraná.

É nessa região que mais se produzem grãos e onde se encontram as maiores cooperativas do Estado e em terras férteis, como manejo do solo integrado modelo para todo o Brasil. Considerada pelos próprios governos como o "Celeiro do Paraná".

A produção de suínos é a maior do Brasil e dentre os frigoríficos lá existentes, possui o maior abatedouro de suínos da América Latina. É nessa região, também, que se localizam os maiores produtores e abatedouros de aves do País.

Justifica-se, ainda, pelo volume do comércio, indústria e prestadores de serviços existentes. As cidades são bem dotadas de hotéis, rede bancária, telefonia, hospitais, inclusive um hospital regional mantido pelo governo do Estado, inúmeros escritórios regionais e representação dos órgãos públicos federais e estaduais, três faculdades integradas a UNIOESTE, de toda estrutura mínima necessária ao desenvolvimento da região. É, também, o corredor de exportação da região sul do Mato Grosso do Sul.

A implantação de um aeroporto entre as cidades de Cascavel e Toledo, ambas sedes de polos microrregionais, cidades de expressiva população tais como Palotina, Marechal Cândido Rondon, Céu Azul, Corbélia, Capitão Leonidas Marques, Medianeira, Assis Chateaubriand, Guaíra a Nova, Aurora e Santa Helena, enfim, dezenas de cidades circunvizinhas.

A necessidade de construção de um aeroporto se faz urgente haja vista a distância que existe hoje do aeroporto mais próximo que é da cidade de Foz de Iguaçu.

Sabe-se que a maioria dos usuários do transporte aéreo daquela cidade são empresários, profissionais liberais, enfim, de

famílias residentes nas cidades de Toledo, Cascavel e circunvizinhas.

Ante o exposto, solicito aos nobres Pares a aprovação deste requerimento que trará muitos benefícios à região.

REQUERIMENTO N° 1749

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja transcrito nos Anais da Casa, o editorial da Gazeta do Povo, no último dia 21, "Urgência no Pagamento dos Royalties".

Como bem indica o texto de opinião do conceituado jornal paranaense, está na hora do Presidente da República regulamentar o pagamento dos royalties ao estado e aos municípios energéticos do Paraná, entre eles muitos de minha região - o Norte pioneiro onde se localizam reservatórios de usinas hidrelétricas ou instalações de exploração de carvão mineral.

A propósito, o eminente jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, diretor da Gazeta do Povo e da Rede Paranaense de Televisão, afirma com justeza que "O Paraná não pode dar quitação com o recebimento dos royalties".

Os royalties são o mínimo que nos é devido pela Federação Brasileira, por ter o Paraná cedido terras férteis e belezas naturais sem voltas, para a construção dessas usinas hidrelétricas, princípio defendido também pelo editorial cuja transcrição ora solicitamos.

Sala das Sessões, em 28.06.90

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Projetos de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 81/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1° - A Comissão Permanente de Fiscalização da Assembléia Legislativa, prevista no Art. 76, da Constituição do Estado, será composta de sete membros, indicados pelos Líderes de bancadas, e assegurado, tanto quanto possível a representação dos Partidos, ou dos blocos parlamentares com assento na Assembléia e terá as seguintes atribuições:

I - Apreciar fatos que digam respeito a indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados;

II - Solicitar à autoridade responsável que, no prazo improrrogável de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1° - Não prestados os esclarecimentos, a Comissão solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria, prazo de trinta dias.

§ 2º - Entendendo o Tribunal que a despesa é irregular, a Comissão, se julgar que o gasto pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá à Assembléia Legislativa sua sustação, se ainda não realizado ou reembolso, se realizado.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.90

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 082/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criada a Creche Pré-Escolar na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Parágrafo Único: A referida unidade, integrada a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, visa dar atendimento aos (as) filhos (as) de funcionárias que trabalham neste Poder Legislativo do período de aleitamento até 06 (seis) anos, quando não possuir condições de sobrevivência com a família.

Art. 2º - Para atender à finalidade da permanência dos menores a creche deverá enquadrar-se às normas oficiais estabelecidas pelo Poder Público, visando os seguintes objetivos:

I - Suprir a totalidade da demanda;
II - Suprir as necessidades materiais do atendido;

III - Diminuir o impacto do nascimento em condições excepcionais, mediante acompanhamento médico;

IV - Assegurar o equilíbrio psico-social e emocional do lactente e da mãe em regime de trabalho;

V - Prestar atendimento ao menor e a mãe nutriz.

Art. 3º - Fica aberto no orçamento próprio do Poder Legislativo recursos necessários para a cobertura decorrente da execução da presente resolução.

Art. 4º - Fica autorizado o convênio com instituições públicas e privadas sem fins lucrativos que venham suprir as necessidades complementares ao funcionamento da creche.

Art. 5º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.90

(a) ANTÔNIO BÁRBARA

JUSTIFICATIVA:

O Diário Oficial do Estado nº 3289, do dia 20 do corrente mês, traz publicada a Lei nº 9304, que cria a Creche Pré-Escolar "Cantinho Feliz" na Penitenciária Feminina do Estado do Paraná, para atender aos filhos (as) das internas que cumprem pena na

referida penitenciária, do período de aleitamento até 06 (seis) anos, quando não possuir condições de sobrevivência com a família.

Senhor Presidente, Senhores Deputados e Senhoras Deputadas, da mesma forma que a constituição do Estado do Paraná em seu art. 254 assegura a instituição de creches nos presídios femininos, assegura também em seu art. 34, item XXI, a instituição de creches para filhos de funcionários públicos, no entanto, cruzamos a toda hora com funcionárias trabalhando com os filhos perambulando pelos corredores principalmente neste Poder Legislativo.

A Constituição Estadual em seu Art. 254, Título VII das Disposições Constitucionais Gerais, já está sendo cumprido, com a promulgação da Lei nº 9304, com a criação da Creche Cantinho Feliz, na Penitenciária Feminina, faltando agora cumprir com o artigo que concede o mesmo benefício para as funcionárias públicas.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 83/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, para que a população decida sobre a criação do Município de TAMARANA, desmembrado do Município de Londrina:

"Começa no Rio Tibagi, na foz com o Rio Taquara, seguindo por este até encontrar o Ribeirão Clementino, na divisa intermunicipal entre Londrina e Marilândia do Sul, seguindo por esta mesma divisa intermunicipal até encontrar o Rio do Meio, pelo mesmo Rio do Meio segue acompanhando a divisa intermunicipal entre Londrina e Ortigueira, seguindo pelo Rio Apucarana até encontrar o Rio Tibagi na divisa intermunicipal entre Londrina e São Jerônimo da Serra, seguindo pelo Rio Tibagi acompanhando a divisa intermunicipal entre Londrina e São Jerônimo da Serra até encontrar a foz do rio Taquara, ponto de partida".

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoiamento: PIRAJÁ FERREIRA, MÁRIO PEREIRA, VERA AGIBERT, DIRCEU MANFRINATO e NILTON BARBOSA.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 376/90

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o COLÉGIO AGRO-

TÉCNICO ESTADUAL PADRE OLÍMPIO - JESUÍTA, a ser instalado na sede do Município de Ivaiporã e que funcionará nos moldes dos demais Colégios Agrícolas do Estado.

Art. 2º - A Direção do Colégio e a Secretaria de Estado a que pertencer, em convênio com o ITCF, firmarão contrato de COMODATO em áreas de terras estaduais, disponíveis para ali realizar as aulas práticas e experimentais.

Parágrafo único - Também acrescentarão cursos e disciplinas que a modernização agropecuária reclama e, também, para aperfeiçoamento das novas gerações rurícolas.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: PIRAJÁ FERREIRA, MÁRIO PEREIRA, VERA AGIBERT, DIRCEU MANFRINATO e NILTON BARBOSA.

JUSTIFICATIVA:

A grande vocação agrícola do Vale do Ivaí merece ser melhor aproveitada, de tal forma que áreas disponíveis do Estado possam ser utilizadas para servirem a nobres propósitos que, seguramente, redundarão em benefício de jovens que se ocuparão, mais tarde, em lides agrícolas que, pelas técnicas adquiridas e aplicadas, serão bem sucedidas.

Também há de se ressaltar que há muito Ivaiporã pleiteia um Colégio Agrotécnico, capaz de orientar e formar jovens vocações, capacitando-as para exercerem atividades no campo da produção agrícola.

O Colégio Agrotécnico de Ivaiporã estará, igualmente, apto a absorver alunos excedentes de outros colégios agrícolas como é o caso de Apucarana, Maringá e outros Municípios.

Por tudo isto, esperamos que os nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, apóiem e aprovem a criação do Colégio Agrotécnico Estadual Padre Olímpio - Jesuíta, que, com o seu nome, homenageará um dos últimos padres jesuítas, que faleceu em Curitiba, em pleno exercício de suas funções de professor.

PROJETO DE LEI Nº 377/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O Estado destinará o percentual de dez por cento (10%) dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência física, desde que a referida deficiência seja compatível com o exercício da atividade a que se destina.

§ As pessoas portadoras de deficiência física, prestarão Concurso Público, a ser regulamentado pelo Poder Executivo, 90 (noventa) dias após a publicação desta

Lei, para o preenchimento das vagas especificadas neste artigo.

§ As funções de ascensoristas e porteiros, serão exercidas preferencialmente por pessoas portadoras de deficiência física, observado o disposto no "caput" deste artigo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) NAMIR PIACENTINI.

JUSTIFICATIVA:

Segundo a Constituição do país, "todos são iguais perante a Lei", portanto a proposição em epígrafe, possui a finalidade de cumprir um dispositivo constitucional.

É preciso que a sociedade deixe de pensar abstratamente sobre uma determinada característica e passe a atribuí-la a um conjunto de pessoas, incluindo automaticamente, conceitos relativos ao papel social desempenhado por este grupo. E esse papel não depende unicamente da característica ou questão, mas dos fatores históricos, sócio-econômicos, culturais e políticos.

Assim, quando associamos, por exemplo, deficiência física com dependência, isso significa que na nossa sociedade, os deficientes físicos, ou pelo menos a grande maioria deles, são pessoas consideradas extremamente dependentes, o que está longe de ser a verdadeira realidade.

A proposição em referência objetiva criar condições e meios de "promover a integração dos portadores de deficiência física à força de trabalho do Estado". Inspirado no Parágrafo VIII do artigo 27 da Constituição Estadual, o presente projeto se propõe a contribuir em seu objetivo final, para que o deficiente assuma através do trabalho, a plenitude da cidadania a que tem direito.

Essa formulação é significativamente oportuna, seu alcance social é da maior relevância e a matéria se coaduna plenamente com o espírito da norma constitucional.

Isto posto, esperamos poder contar com sua respectiva aprovação por parte dos nobres Pares desta Colenda Casa de Leis.

PROJETO DE LEI Nº 378/90
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida a VITÓRIA SANTORO URBANO, viúva do ex-Prefeito de Nova Esperança, João Urbano, uma pensão mensal no valor de Crz\$ 7.715,52 (sete mil, setecentos e quinze cruzeiros e cinquenta e dois centavos).

§ 1º - O valor de que trata o "caput" deste artigo será atualizado por ocasião dos reajustes de vencimentos do funciona-

lismo, nos mesmos percentuais e época de vigência.

§ 2º - A pensão de que trata esta lei deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A Sra. Vitória Santoro Urbano, ex-primeira dama do Município de Nova Esperança, além da dor pela perda do amigo, companheiro esposo João Urbano, que acometido de câncer deixou a vida terrena na data de 23.12.89, passa por sérias dificuldades financeiras.

Todos os gastos não foram suficientes para vencer a doença. Nada mais justo porém, esta pequena mas importante ajuda financeira, haja vista que a perda é irreparável.

A Sra. Vitória Santoro Urbano possui uma vasta folha de serviços prestados à causa pública, pois sempre labutou na área social, ajudando e auxiliando seu esposo.

Nestes momentos de tristeza e angústia, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná associa-se à viúva e seus familiares.

PROJETO DE LEI Nº 379/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "CRECHE JESUS CRIANÇA", com sede e foro no Município de Campina da Lagoa.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A "CRECHE JESUS CRIANÇA", foi criada em 1983 no Município de Campina da Lagoa e vem atendendo satisfatoriamente crianças carentes.

A documentação é pertinente à matéria, e esta meritória, portanto em condições de merecer o apoio dos Senhores Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 380/90

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Professor DARCY RIBEIRO, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado e ao país.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) ALGACI TÚLIO.

JUSTIFICATIVA:

Nascido em Montes Claros, Estado das Minas Gerais, em 1922, Darcy Ribeiro formou-se Bacharel em Ciências Sociais pela Escola de Sociologia e Política da Universidade de São Paulo, em 1946. Começou sua vida profissional dedicando-se, por dez anos, sob o mando de Rondon, ao estudo dos índios do Pantanal, do Brasil Central e da Amazonia, como etnólogo do Serviço de Proteção aos Índios (1947), dirigindo a seção de estudos daquele órgão (1952-1956). Criou o Museu do Índio, em 1953, sempre na defesa da causa indígena e da preservação da natureza brasileira. Foi diretor da Divisão de Pesquisas Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (1957) e fundador e diretor da revista "Educação e Ciências Sociais". Em 1958 foi encarregado do setor de pesquisas sociais da campanha nacional de erradicação do analfabetismo e, no ano seguinte, planejou um programa de pesquisas interdisciplinares sob tema "URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO, SEUS EFEITOS SOBRE A FAMÍLIA E A ESCOLA". Atuou ao lado de Anísio Teixeira, da educação brasileira, em defesa da escola pública. Em 1961 chega ao Ministério da Educação, organizando e instalando a Universidade Nacional de Brasília, da qual, posteriormente, foi reitor (1962-1963). Deixou o cargo para assumir a chefia da Casa Civil da Presidência da República (1963-1964).

Na política, sempre se identificou com as causas populares, primeiro, no âmbito do trabalho, como Ministro do Presidente João Goulart, na luta pela educação popular, pela Universidade de Brasília e, sobretudo, pelas reformas de base, especialmente a reforma agrária e o controle do capital estrangeiro.

No Magistério, foi professor de Antropologia da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (1953-1954), professor-regente de Etnografia Brasileira e Língua Tupi da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1956-1961) e professor de Antropologia da Faculdade de Humanidades e Ciências da Universidade da República Oriental do Uruguai (1964-1968).

Realizou pesquisas de campo entre os indígenas Guarany, Terêna, Kadiwéu, Ofaié, Urubus-Kaapor, Kaingáng, Xokleng, Karajá, Borôro, Kamayurá e Kuikúro.

Publicou, além de artigos em revistas especializadas, os livros: Religião e Mitologia Kadiwéu; Línguas e Culturas Indígenas do Brasil; Arte Plumária dos Índios Kaapor, em colaboração com sua esposa, Berta Ribeiro; A Política Indigenista Bra-

sileira; O Processo Civilizatório (Edição em Língua Inglesa Publicada nos EE.UU., no mesmo ano); A Universidade Necessária, entre outros.

Suas posições políticas firmes e nacionalistas, veementes quanto à necessidade de reformas radicais na sociedade brasileira, lhe valeram dez anos de exílio, quando teve seus direitos políticos cassados.

Lá fora trabalhou bastante, criando e reformulando Universidades no Uruguai, na Venezuela, no Peru, na Costa Rica, no México e na Argélia, escreveu, no exílio, uma obra copiosa, hoje traduzida em muitas línguas. Lutou muito ajudando também Salvador Allende na sua tentativa generosa de implantar no Chile o socialismo em liberdade e assessorando Velasco Alvarado nos seus esforços para salvar o povo peruano do atraso e da penúria a que sempre se viu condenado.

Posteriormente, retornando ao Brasil, retomou suas bandeiras de luta, sempre na órbita do socialismo democrático, agora sob a liderança de Leonel Brizola, como seu vice-Governador e Secretário de Estado, no Rio de Janeiro, pelo Partido Democrático Trabalhista, PDT.

Nessa condição, ajudou quanto pode nos grandes empreendimentos de seu governo, tais como a criação do sambódromo e sua conversão numa imensa escola pública; a edificação da biblioteca pública estadual e do monumento ao Zumbi dos Palmares. Mas, sobretudo, à frente do programa especial de educação, na criação das casas da criança, das casas comunitárias e, principalmente, dos CIEP's, que são o seu orgulho de educador.

Ultimamente, colaborou com o arquiteto Oscar Niemeyer no planejamento e na implantação do memorial da América Latina, edificado em São Paulo - um majestoso conjunto arquitetônico que terá imensa importância na luta pela integração de nossos povos dentro de uma nação Latino-Americana próspera, autônoma, livre e solidária - seu grande projeto político.

É o maior educador brasileiro da atualidade ao lado do professor Paulo Freire - e uma das nossas mais respeitadas personalidades do mundo político e cultural - por isto, e por tudo o que fez pelo Brasil, pela sua natureza, história e cultura, pela sua luta com bravura e destemor pela liberdade do povo do Brasil e da América Latina, é grande merecedor do reconhecimento como cidadão honorário do nosso Paraná, esta terra de índios Tupis - os mesmos Tupis que Darcy tanto estudou, defendeu e Amou.

É a nossa justificativa.

PROJETO DE LEI N° 381/90

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Acrescente-se ao Parágrafo 5° ao artigo 37 da Lei 8933/89, com a seguinte redação:

"§ 5° - Ao serviço de transporte ferroviário fica concedido crédito estimado em 50% do imposto devido, em substituição ao imposto efetivamente cobrado nas operações anteriores".

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: José Rogério Carvalho

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei destina-se a conceder crédito estimado de 50% do IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO - ICMS, devido sobre as prestações de serviço de transporte ferroviário.

O imposto foi instituído pela Lei 8933 de 26 de janeiro de 1989, tendo em seu artigo 23 - inciso III fixada alíquota de 17% quando da ocorrência do fato gerador previsto no artigo 3° - inciso IX da já citada Lei.

O serviço de transporte rodoviário foi favorecido com a fixação da alíquota de 12%, como pode se observar pelo Artigo 23, inciso II do diploma legal supra citado.

A Constituição Federal no artigo 155, parágrafo 2°, inciso I, prevê para o ICMS o princípio da não cumulatividade do imposto, ou seja, que o imposto será cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadoria ou prestação de serviço, com montante cobrado nas operações anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou Distrito Federal.

Para entender este princípio, o setor ferroviário deverá escriturar de forma complexa e totalmente disforme dos controles atualmente vigentes, todos os documentos relativos às operações ou prestações em que tenha sido cobrado o ICMS nas operações anteriores.

Face o serviço de transporte em geral possuir características próprias e ser difícil implantar todo o controle das aquisições na forma do antigo ICM e do atual ICMS, os Estados reconheceram essa dificuldade e permitiram que as empresas prestadoras de serviço de transporte se beneficiassem da "redução da base de cálculo" para pagamento do imposto incidente sobre os serviços prestados. Tal dispositivo legal encontra-se no Convênio ICMS 54/89 e no Decreto Estadual 6666/90, em seu Art. 7°, inciso I.

Tal procedimento é, na realidade, uma isenção parcial dos impostos, pois tributa somente uma parte dos serviços cobrados, ficando a outra sem o pagamento do imposto. Isto foi para atender a dificuldade que exige o controle sobre "entradas".

A adoção, pelas empresas de transporte, de tal benefício fiscal, fica condicionada à não utilização dos créditos reais.

Com isto, foi concedida redução da base de cálculo para o setor aeroviário de forma que sua carga tributária ficasse em 6% e os demais modais, com a redução de 20%, tributando 80% sobre os valores cobrados nas prestações de serviço de transporte. Isto atende a necessidade dos demais modais de transporte (aéreo, hidroviário e rodoviário).

A ferrovia, porém, é um caso à parte. As concessionárias de serviço público do transporte ferroviário são responsáveis por toda a construção da malha ferroviária, bem como pela sua conservação. Isto, sem dúvida, traz para o setor um enorme custo.

Tal fato não ocorre com os demais setores, principalmente o rodoviário, cuja construção das rodovias e sua conservação são todas custeadas pelo setor público. Em que pese todo esse ônus ao erário público, o setor rodoviário ainda é beneficiado com a alíquota menor (12%).

O que se pretende mostrar, é que o setor ferroviário não deve receber o mesmo tratamento tributário dos demais modais de transporte, em virtude de receber tratamento diferente do setor público.

Sabemos que para atender o princípio de equidade, deve-se tratar desigualmente os desiguais. Este é o objetivo do presente projeto.

Para manter ativo o serviço de transporte ferroviário é necessário constante compra de materiais destinados à construção de trechos e manutenção da malha ferroviária, portanto, isto é, sem sombra de dúvida, insumo do transporte ferroviário.

Isto posto, a concessão do crédito estimado, somente viria atender ao princípio da não cumulatividade do imposto determinada pela Constituição Federal, de uma forma menos onerosa para o contribuinte e também para o Estado, por ocasião da fiscalização, face a simplificação da tributação.

Vale ressaltar que, antes da Constituição promulgada em 05 de outubro de 1988, o setor não sofria qualquer tipo de tributação do Estado, isto ocorre hoje, em virtude de novo sistema tributário.

Com a concessão de tal benefício a carga tributária do modal ferroviário ainda ficará em 8,5%, superior ao modal aé-

reo, que é de 6%, e pouco abaixo do rodoviário que é de 9,6%.

Dessa forma, a aprovação do presente projeto é, na verdade, medida de inteira justiça.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Trago ao conhecimento desta Casa um fato que atinge a minha pessoa e o meu mandato. Fui vítima da montagem de uma carta falsa em que é usado a minha assinatura para atingir o Poder Judiciário e o Prefeito Jaime Lerner. Eu me recuso a ler a carta para não dar publicidade do seu conteúdo, dada a baixezinha, a levandade e o espírito criminoso de quem a elaborou. Procuraram incompatibilizar-me com o Poder Judiciário e com o Prefeito de Curitiba, usando argumentos e fatos dos quais sou testemunha e participe, como por exemplo, quando denunciei nesta Casa a venda da PROMEPAR, indústria de Seringas descartáveis e que depois teve desdobramento num questionamento jurídico de um saldo que estava em discussão junto ao Poder Judiciário. Refere-se a dita carta falsa, também à minha ação popular em que eu pretendia e pretendo que o Governador Álvaro Dias dê as explicações devidas quanto à sua promoção pessoal com publicidade. Acompanha a carta um extrato de computador com a citação de três nomes de pessoas funcionárias do Tribunal de Justiça, extraídos tais documentos do serviço de computação da Polícia Civil do Estado do Paraná. Tais cartas falsificadas e o uso indevido de minha assinatura foram postadas tendo como remetente este Deputado, mediante uso de um carimbo; remetente Deputado Nereu Massignan, Assembléia Legislativa do Paraná, Curitiba, Paraná. 80.000.

Essas missivas foram encaminhadas à Câmara de Vereadores, e tenho a informação que o Vereador Jorge Samek e o Vereador Jônatas Pirkiel haviam recebido. Como tenho informações também de que esta carta chegou às mãos do Conselheiro Quielse Crisóstomo da Silva, chegou às mãos do Presidente do Tribunal de Justiça, do Presidente do Tribunal de Alçada, alguns integrantes deste Poder, do Judiciário, redações de jornais, enfim, uma trama que se monta nesse Estado como já se fez com o Governador José Richa com relação à certidão falsificada e adulterada sobre a sua aposentadoria como Governador do Estado, sua pensão como Governador do Estado.

Agora procuram envolver o Líder do PSDB no sentido de colocá-lo em confronto

com o Poder Judiciário e com o Prefeito Jaime Lerner. É um fato de extrema gravidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se vê no início de uma campanha política termos que enfrentar elementos com esse tipo de comportamento. Sabem todos que isso constitui crime e como tal merece e é necessária uma investigação por parte das autoridades policiais. O que eu posso afirmar é que o documento extraído da computação, foi extraído de dentro da Polícia Civil, e se assim o foi, é necessário que se proceda a uma investigação. A Polícia Civil não pode se prestar e não pode permitir que os instrumentos de catálogos registrados em sua repartição, através de sistema de computadores, possam ser usados por elementos criminosos que fazem montagem de ofícios e de documentos procurando formar uma rede de intriga deste Parlamento com o Poder Judiciário, com o Prefeito Jaime Lerner, e com a própria Assembléia Legislativa, já que esta correspondência em xerox consta em cima o símbolo oficial da Assembléia Legislativa, e os nomes - Assembléia Legislativa do Estado do Paraná -, enfim, documento de uso exclusivo dos Parlamentares.

Esses fatos criam e me criaram inúmeros constrangimentos, e, numa situação de veras difícil, porque não sei quantas pessoas receberam a dita correspondência. Aquelas que tenho conhecimento, darei as devidas explicações, e procurarei, e solicito também o auxílio desta Casa, no sentido de que me cheguem informações das pessoas que tenham recebido tal correspondência, para que possamos prestar os devidos esclarecimentos.

Além disso, para resguardar a minha dignidade como Parlamentar e a dignidade desta Assembléia Legislativa, Sr. Presidente, estou encaminhando estes documentos à Mesa da Assembléia Legislativa, para que ela, dentro do seu poder de polícia determine e proceda às investigações imperiosas e necessárias para o devido esclarecimento.

Considerando, que o documento que acompanha o ofício foi extraído de órgão pertencente ao Governo do Estado, requeiro também a V.Exa., que se use do concurso e da colaboração da Polícia Federal, no sentido de fazer profunda e responsável investigação para esclarecimento destes fatos, porque este Parlamentar no momento em que é usado por elementos que querem gerar a intriga, querem através do crime, do uso do documento falso e da assinatura, fazer com que se forme neste Estado uma rede de intrigas e uma rede de criminalidades no campo político e administrativo.

O meu passado e a minha dignidade como Parlamentar e a minha postura pública transparente, não permite que calemos ante

este fato, e, que se façam os devidos esclarecimentos.

Sei que as pessoas que receberam tais correspondências são pessoas de bem. Muitas delas me telefonaram manifestando de antemão a sua indignação, pois, pelo conhecimento que têm de minha pessoa sabiam que eu não seria jamais capaz de fazer tamanha intriga, de fazer tamanho questionamento.

Recuso-me à leitura, repito, e sugiro, solicito à Assembléia Legislativa através da Mesa, que faça o devido procedimento e a devida investigação, já que a própria Casa se encontra envolvida nisto.

Para tanto, Sr. Presidente, estou encaminhando o ofício, o suposto ofício de minha autoria acompanhado de dois envelopes endereçados ao Vereador Jonas Pirkel e ao Vereador Jorge Samek; um postado no bairro das Mercês, e outro supostamente no Posto da Rodoviária.

Junto, segue também o extrato do controle do Cadastro Civil dos três funcionários já citados no referido ofício. Acompanha também a documentação, um mostruário do carimbo que tenho usado nesta Assembléia desde o início do meu mandato, que continua sendo de uso pessoal do gabinete, para a devida comparação dos carimbos dos envelopes.

E acompanha também, um extrato de consulta ao Cadastro Civil, que procedi um pedido junto às autoridades policiais para que se façam as devidas comparações, onde se pode concluir que, o cadastro extraído daqueles três funcionários foram também extraídos deste mesmo computador.

Era isto, Sr. Presidente.

Era isto, Srs. Deputados.

Espero que a Mesa dentro das suas atribuições e especialmente o Sr. Presidente da Assembléia, homem de quem temos tido admiração pela forma como tem conduzido este Poder, determine as providências necessárias para que o fato seja devidamente investigado e concluído, e se possível, já que as dificuldades são enormes, se descobrir o autor, condená-lo e colocá-lo na cadeia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai tomar as necessárias providências, na denúncia que o Deputado Nereu Massignan fez e se possível, constatada a participação da Polícia Civil, vai solicitar a cooperação da Polícia Federal para que se esclareça a denúncia do nobre Deputado Nereu Massignan.

Com a palavra o Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Apresento nesta Casa um projeto de lei que dispõe sobre o Fundo de Financiamento às micro, pequena e média empresas do setor produtivo do nosso Estado.

Entendendo que a Constituição Federal e mesmo a Constituição Estadual garantem a esses setores o apoio e o próprio incentivo em lei e não podíamos deixar de passar o nosso mandato em branco, sem antes de apresentar um projeto que atendesse o que preceitua a Constituição, para que a pequena empresa, a micro-empresa e a empresa de fundo de quintal tenham respeitados os seus direitos, e nós apresentamos um Fundo de Financiamento que é uma parte desse apoio à pequena empresa.

Um fundo de Financiamento com autonomia financeira e contábil dirigida pelo banco do nosso Estado, o Banco do Estado do Paraná, com apoio técnico à pequena empresa financiada, o apoio em todos os sentidos para que esses financiados tenham e logrem êxito nas suas atividades, desde a menor empresa até a média empresa deste Estado.

O nosso projeto prevê como fonte de recursos o ICMS ou seja uma partícula do ICMS, da arrecadação do nosso Estado em torno de 0,75% para composição deste fundo.

Prevê esse projeto também que 60% dos recursos serão destinados à micro e pequena empresa do Interior do Estado, atendendo aos pequenos e os prováveis futuros pequenos empresários que queiram se estabelecer no Interior, colaborando com isso para uma proposta de Governo ou seja, manter o nosso homem nas pequenas cidades, nas atividades aonde estiverem as operações dar-se-ão por empréstimos a médio e longo prazo, atendendo também o reclamo do nosso pequeno empresário.

Vemos neste projeto uma forma de que os recursos e lucros desse banco, do Banco do Estado do Paraná, se dirijam para esse setor produtivo que há muito vem sendo esquecido por todas as administrações que por aí passaram; e é preciso, então, que saia da letra, da letra morta talvez da nossa Constituição, e passe a ser uma coisa concreta, ativa, permanente para que esse banco realmente destine recursos para setores tão necessários do Estado do Paraná.

Queremos dizer também que este projeto tem o apoio de todas as associações de pequenos e micro-empresários do nosso Estado. E sem dúvida nenhuma, esta troca, esta priorização, esta destinação de recursos, esta vontade que estamos apreciando aqui neste projeto, deverá sensibilizar inclusive o atual Governo do Estado para que o seu Banco do Estado e as Secretarias da Fazenda e da Indústria e Comércio nos dêem a sanção necessária para se tornar uma

Curitiba, quinta, em 28.06.89

realidade e venha a atender ao micro e pequeno empresário do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consultamos à Liderança do PDS.

Declina.

Consultamos à Liderança do PDC.

Declina.

Consultamos à Liderança do PL.

Concedo a palavra ao Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Acompanhando o desenvolvimento das atividades que estão sendo desenvolvidas pelo Governo Federal, percebemos que o aposentado continua a não ter o tratamento devido para que possa ele, com dignidade, atender as suas necessidades fundamentais, bem como as necessidades dos seus dependentes.

Ainda ontem pudemos dialogar com uns dos integrantes da Diretoria da Associação dos aposentados, e reclamava ele providências urgentes para que aquele que trabalhou durante tanto tempo, impulsionando o desenvolvimento nacional, venha a ser reconhecido pelas autoridades competentes federais.

Fala-se na reposição salarial por critérios que têm sido inclusive contestados pelas lideranças dos trabalhadores. Mas nem isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nem essa reposição minguada fala o Governo Federal em fazer para o aposentado.

Não podemos permanecer silentes diante deste estado de coisas porque a justiça social tem a ver com esta questão também, e o Partido Liberal coloca a justiça social como uma das questões prioritárias do seu programa.

Por esta razão, estamos encaminhando a órgãos federais a nossa manifestação no aguardo de providências e, por esse mesmo motivo, levantamos a nossa voz nesta Casa do Povo para apresentar o nosso protesto.

Esperamos que o bom senso motive os Ministros desta área, os Secretários desta área para que as providências sejam no menor espaço de tempo devidamente tomadas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Concedo a palavra à representação do PTB.

Declina.

Concedo a palavra à representação do PRN.

Declina.

Concedo a palavra à representação do

PSDB.

Declina.

Concedo a palavra à representação do PMDB.

Declina.

Concedo a palavra à representação do PT.

Declina.

Concedo a palavra à representação do PFL.

Declina.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício SEPL/S/183/90, subscrito pelo Senhor Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, constante do expediente, comunicando ao Senhor 1º Secretário desta Casa, que, em atenção a sua solicitação anterior, encaminhava a Informação nº 22/90, da Coordenadoria de Orçamento e Programação, referente aos gastos aplicados em Educação. À Diretoria Administrativa, para ciência do Senhor Deputado requerente.

Ofício nº 672, subscrito pelo Senhor Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, constante do expediente, comunicando ao Senhor 1º Secretário desta Casa, atendendo ao seu pedido, através do Ofício 5721/90. À Diretoria Administrativa para ciência do Senhor Deputado requerente.

Projeto de resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de resolução de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio do Senhor Deputado José Rogério Carvalho,

constante do expediente de sessão anterior. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 403/89. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 120/89. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Resolução nº 77/90. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei nºs 361 e 362/90. Aprovados.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nereu Carlos Massignan, Valderi Mendes Vilela, e Ferrari Júnior, na qualidade de Líderes do PSDB, PDT e PRN, respectivamente, constante do expediente, solicitando complementação de informações dos Projetos de Lei nºs 361 e 362/90, nos termos dos artigos 133 e 134 da Constituição Estadual. Rejeitado.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

(É procedida à verificação de votação)

12 Senhores Deputados aprovam; 21 Senhores Deputados rejeitam.

Rejeitado o requerimento.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação, acima aprovados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 403/89, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria "ad referendum" do resultado do plebiscito o Município de Pontal do Paraná, com território desmembrado do Município de Paranaguá e divisas do atual Distrito Administrativo. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA, por unanimidade. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Em votação as emendas.- Os autores das emendas solicitaram a retirada das mesmas. Em votação o projeto.- APROVADO.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 120/89, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que cria o Município de Ângulo, desmembrado do Município de Iguaraçu, obedecendo as divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por UNANIMIDADE. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 41, de 24.05.89).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 120/89

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Antônio Bárbara, tem por finalidade a criação do Município de Ângulo, desmembrado do Município de Iguaraçu, obedecendo as divisas com os Municípios de Iguaraçu, Santa Fé, Flórida, Mandaguaçu e Maringá, na forma em que especifica.

Ao proceder-se à análise dos aspectos legais e constitucionais do presente plano de lei, notamos a sua conformidade com os preceitos contidos na Lei Complementar a Constituição do Estado do Paraná de n° 27, de 27 de janeiro de 1986, dita "Lei Orgânica dos Municípios", que determina requisitos e condições à criação de Municípios, através de seus artigos 5°, 6° e 7°, e a sua consonância com a legislação Federal, aos olhos do princípio da anterioridade da lei vigente, dada a "vacatio legis", a falta de Lei Complementar à nova Constituição da República Federativa do Brasil, retroagimos então, aos ditames da Lei Complementar n° 01, de 09 de novembro de 1967, que dispõe sobre normas à iniciativa da transformação de Distritos em Municípios, sendo estes preceitos também atendidos por este plano de lei.

Sendo assim, esta douta Comissão de Constituição e Justiça, opina FAVORAVELMENTE à APROVAÇÃO do presente projeto de lei, nada encontrando que possa legalmente obstar a sua tramitação Processual Legislativa.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em
(aa) CÂNDIDO BASTOS
Presidente
EDMAR LUIZ COSTA
Relator

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 77/90, de autoria da Comissão Executiva, que acresce 14% aos vencimentos dos funcionários efetivos, inativos, celetistas e cargos em comissão simbologia G desta Assembleia Legislativa. Aprovado, artigo por artigo.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 361/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 118/90), que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, com base no disposto no Artigo 18 da Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989. (Publ. no D.A. n° 75, de 21.06.90).

Sobre o referido projeto, parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL
PROJETO DE LEI N° 361/90

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem n° 118/90, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a abrir créditos suplementares aos Orçamentos Próprios das Fundações, Autarquias, Órgãos de Regime Especial e Empresas Públicas, com base no disposto no artigo 18, da Lei Estadual n° 9.173, de 27 de dezembro de 1989.

Sob o aspecto legal e constitucional, nada há que impeça a normal tramitação do presente plano de lei.

Chamada a opinar, esta Comissão Geral manifesta-se FAVORAVELMENTE a medida ora proposta.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(aa) ANIBAL KHURY
Presidente
PIRAJÁ FERREIRA
Relator

Aprovado o parecer.

Em discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Para encaminhar).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar concedo a palavra ao Senhor Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo rapidamente a tribuna desta Casa para marcar uma posição de bancada de nosso partido, o PRN e, porque não dizer, de bancadas de partidos de oposição nesta Casa, como o PDT, representado pelo seu líder Valderi Vilela, hoje respondendo pela liderança Deputado Algaci Túlio, pela liderança dos tucanos nesta Casa, parece-me que até pela liderança do PL, Deputado Losso...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, permita-me Deputado Ferrari Júnior. Não gostaria de ser deselegante com o Deputado na tribuna, mas Vossa Excelência deu o resultado da votação. O Deputado Ferrari Júnior pediu a palavra pela ordem, se me parece...

O SR. FERRARI JÚNIOR - Pedi a palavra para encaminhar antes da votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - O resultado foi dado, nobre Deputado.

O SR. FERRARI JÚNIOR - O Presidente me concedeu a palavra para encaminhar, estou encaminhando.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Estou pedindo desculpas a Vossa Excelência, não faz o meu estilo interromper o orador, mas solicitaria à Mesa que pusesse em votação o outro pedido de preferência, então nesta hora o Deputado poderia encaminhar, para evitarmos um encaminhamento após o resultado já proclamado da votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua com a palavra o Deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Obrigado, Excelência. Apresentamos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um requerimento. Esperávamos a aprovação desta Casa. Nós somente estávamos pedindo a Sua Excelência, o Governador, informações a respeito dos projetos de lei referentes às mensagens 118 e 119/90, que falam sobre o orçamento do Estado do Paraná, falam sobre uma recomposição do orçamento, uma revisão orçamentária, enfim. E a Constituição do Estado do Paraná, que nós mesmos fizemos e juramos fidelidade, fala que há necessidade de que quando Sua Excelência o Governador faz alguma coisa ligada ao orçamento, ele é obrigado, pela Constituição, a discriminar especialmente o que vai fazer com aquele numerário. Não estávamos pedindo exatamente isto no requerimento.

Não temos a intenção, absolutamente, de vir aqui votar contra a suplementação de verbas do Governo do Estado. Quem tem que votar isto é exatamente a Assembléia Legislativa, é obrigação nossa. E não ficaríamos nunca contrários à uma suplementação de verbas do Governador se ele nos disser que vai usar o dinheiro para construir escolas, para construir estradas, para pagar o funcionalismo, para comprar carteiras para escolas, para reformar escolas, para construir hospitais... tomara que ele faça isto e muito mais e nós teríamos muita honra em votarmos a favor da matéria.

Contudo o que sabemos apenas é do montante do dinheiro que o Governo está pedindo. Nós não sabemos para quê. No que vai ser investido este dinheiro. Não tenho dúvidas quanto ao bom direcionamento deste dinheiro, mas acho que é obrigação nossa, porque se eu votar hoje favoravelmente e ali na rua alguém perguntar: - você votou

favoravelmente ao projeto do Governador? - Votei. - E o que você votou? - Eu não sei. Esta é a explicação. Eu não sei. Então nós estávamos pedindo, através destes Deputados, dos partidos de oposição que assinaram, apenas que Sua Excelência nos informasse. Bastaria aprovar este requerimento e amanhã nós teríamos a informação. E votaríamos com muito prazer se as informações nos convencessem.

Mas infelizmente a ilustre bancada do PMDB e do PFL entenderam diferente.

Então nos resta o direito de manter também a nossa posição e mostrar também para que viemos. Não vamos facilitar a votação desta matéria sem essas explicações e decidimos, autorizados por esses Líderes de Bancadas de Oposição, a dizer que só votaremos essas matérias com as explicações na mão. Amanhã, depois de amanhã, domingo, enfim, quando o Presidente convocar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Portanto pedimos aos ilustres representantes das Bancadas que nos autorizaram fazer uso da palavra em seu nome, para que se retirem do Plenário, para que não votem a matéria e deixem a votação por conta, evidentemente, daqueles Deputados que entendem estar satisfeitos com a explicação destas Mensagens.

Muito obrigado!

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Para encaminhar) -

Senhor Presidente, não sei se a Bancada do PFL, mas este Deputado votou contra o requerimento subscrito pelas Lideranças dos Partidos de Oposição, conforme disse o Deputado Ferrari Júnior. E o meu voto, quero deixar registrado o motivo pelo qual o dei. Porque nós, na ocasião em que esta Casa votou o Orçamento e o reexame do Orçamento do Estado, ficou, nesta Casa, subentendido que o Poder Legislativo iria providenciar, iria agilizar providências para que ele, Poder Legislativo, instalasse nesta Casa um órgão competente para acompanhar as despesas orçamentárias do Estado, uma fiscalização da execução do Orçamento do Estado. Esta Casa não tem, nunca teve, não sabe o que o Governo gastou, o que o Governo arrecada. As suplementações que vínhamos dando há anos, são de pouca informação porque esta Casa não sabe, não informa o Deputado. Não há nenhum órgão aqui que informe. A Comissão de Orçamento desta Casa não funciona, com exceção da apreciação do encaminhamento do Executivo. Não tem há muito tempo informação, nunca teve informação. Por isto é que estou votando para que se aprecie e se vote o pedido do Senhor Governador porque não estou entendendo, que nós não estamos fazendo outra coisa senão postergando, deixando para depois para que se dê oportu-

tunamente, não sei quando, recursos para o Executivo. E agora, recentemente, quando o Governo do Estado, o Executivo não dispunha de dotações orçamentárias, este Poder Legislativo, criando alguns embaraços, não sei se com muita razão ou não, mas recebíamos constantemente telefonemas de prefeitos municipais, da Associação dos Municípios, de empreiteiras, de que a Assembléia liberasse, votasse os pedidos de liberação, de suplementação de verbas ao Executivo. Não pretendo com o meu voto perturbar a administração do Executivo. Se ele executa mais ou menos é uma responsabilidade dele. Não quero, com o meu voto, porque nem amanhã, nem depois de amanhã, nem daqui a 15 dias o Poder Legislativo estará habilmente informado por gente desta Casa de quais são os números reais dos dispêndios e, conclusivamente, com a execução do orçamento do Estado. Este é o meu voto, Senhor Presidente. Não voto com a Situação ou contra a Oposição a qual faço parte há muito tempo. Mas é o meu voto pessoal e não do meu Partido, para que votemos e possamos viabilizar os recursos para o Executivo administrar as obras que entender necessárias.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) -

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 362/90, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo à reestimar as Receitas de Recolhimento Centralizado, a abrir créditos suplementares aos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo e do Ministério Público. (Publ. no D.A. n° 75, de 21.06.90). Aprovado.

O SR. FERRARI JÚNIOR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e irá proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

29 Senhores Deputados responderam à chamada.

Há "quorum" para votação.

A Presidência irá proceder à verificação de votação atendendo a solicitação do Senhor Deputado Ferrari Júnior.

(É procedida à verificação de

votação).

O SR. ERONDY SILVÉRIO - O Deputado que pede de verificação de votação, tem que permanecer no Plenário. Isto é regimental. Quem pediu a verificação, tem que ser computado o voto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. Com o voto do Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, eu votei favoravelmente em 1.^a discussão, reservando-me entretanto, para as próximas votações. Aguardarei as informações complementares. Estamos, portanto, favoráveis ao projeto.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Esta Liderança fará todo o empenho para atender ao pedido de complementação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Computando o voto do Deputado Ferrari Júnior, que requereu a verificação de votação, já está APROVADO o projeto.

A Mesa vai solicitar ao Líder do Governo Deputado Caíto Quintana, para que convoque, amanhã, o pessoal da Secretaria de Planejamento, para que dê explicações aos Senhores Deputados, das Mensagens. E amanhã, haverá sessão normal. O Projeto será votado em 2.^a e última discussão.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Há um requerimento, Senhor Presidente, que não chegou à ordem da discussão, ainda, pedindo sessão para amanhã, na parte matinal. Não sei se é possível, do projeto voltar. Se não houver possibilidade, tudo bem, eu retiro.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não fixa interstício.

Passaremos à apreciação do restante da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 47/86, de autoria do Deputado Anibal Khury, que cria o Município de Brasilândia, com território desmembrado do Município de Alto Piquiri com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA DE PLENÁRIO. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 09/90, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que concede título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Ronan Tito e de Benemérito do Paraná ao Senhor Francisco

da Cunha Pereira Filho. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Com EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL. Aprovado

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 127/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 59/90), que autoriza o Poder Executivo a anuir na alienação de parte do imóvel de propriedade do Instituto Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor, que aquela entidade pretende realizar. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 221/90, de autoria do Deputado Paulino Delazeri, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Servidores das Secretarias e Órgãos do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 237/90, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres - APM, da Escola Estadual Semiramis de Barros Braga, com sede e foro no Distrito de Vila Emilianio Pernetá, Município de Piraquara. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 280/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Florença e localidades vizinhas. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 298/90, de autoria do Deputado Rubens Bueno, que declara de Utilidade Pública dual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no Município de Mariluz e foro no Município de Cruzeiro do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 322/90, de autoria do Deputado Ezequias Losso, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor André Zacharow. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 69/90, de autoria da Comissão Executiva, que acrescenta ao Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, artigos e parágrafos conforme especifica. (prazo para autorização de convênios). Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n°

75/90, de autoria da Comissão Geral, que autoriza a realização de plebiscito objetivando a transferência de área territorial dos Municípios da Lapa e Araucária para o Município de Contenda. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Aprovado.

2.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 170/87, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que cria o Município de Candói, com território desmembrado do Município de Guarapuava, formado com área do Distrito de Candói e do Distrito de Paz, com sede na localidade de Candói. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO, AO PROJETO DE LEI N° 170/87.

Art. 1° - Fica criado o Município de Candói, com território desmembrado do Município de Guarapuava, formado com área do Distrito de Candói e do Distrito de Paz, com sede na localidade de Candói, com as seguintes divisas:

"Começa no Rio Cavernoso, no encontro com a Estrada Capão da Lagoa - Cantagalo, segue pela referida Estrada até o encontro com a Estrada Capão da Lagoa - Campo Fechado, segue por esta até o Lajeado dos Porcos, descendo o Lajeado dos Porcos até sua foz no Rio Campo Real, descendo o Rio Campo Real até sua foz no Rio Jordão, descendo o Rio Jordão até sua foz no Rio Iguaçu, descendo o Rio Iguaçu até a foz do Rio Cavernoso, Rio Cavernoso acima até o encontro com a Estrada Capão da Lagoa - Cantagalo, ponto inicial".

Memorial Descritivo do Quadro Urbano da Sede do Município de Candói.

"Partindo do eixo da BR-373 que vai de Três Pinheiros a Pato Branco, à altura do KM 416,8 sobre o Rio da Divisa; pelo Rio da Divisa abaixo, na distância de 1.400 mts. passando pelos fundos da Serraria Zagonel, até encontrar a Rede de Energia Elétrica; daí segue em linha reta e seca, no sentido de Pato Branco e numa distância de 8.200 mts., até a altura do marco do KM 425; desse ponto, segue por linha reta e seca, numa distância de 1.000 mts. até a BR-373, no marco 425; continua por linha reta e seca, no mesmo rumo por mais 2.500 mts.; daí deflete à direita e, por linha reta e seca, com a distância de 8.200 mts. alcança a Estrada de Rio da Lage; desse ponto, por linha reta e seca, numa distância de 2.000 mts., alcança o eixo da BR-373 sobre o Rio da Divisa na altura do Km

416,8 ponto de partida".

A área do Distrito de Paz é a seguinte:

"Começa no Rio Cavernoso na foz do arroio das Três Palmeiras, subindo o Arroio das Três Palmeiras até a foz do Rio Cachimba, subindo o Rio da Cachimba até sua nascente, daí em linha reta e seca alcança o Rio Jordão, descendo o Rio Jordão até sua foz no Rio Iguaçu, descendo o Rio Iguaçu até a foz do Rio Cavernoso, subindo o Rio Cavernoso até a foz do Arroio das Três Palmeiras, ponto inicial".

O perímetro urbano do Distrito de Paz é o seguinte:

"Tem como ponto inicial o cruzamento da Estrada BR-373 com a antiga Estrada Guarapuava - Pato Branco, seguindo pela Estrada Guarapuava - Pato Branco até a divisa da zona urbana com os terrenos do Senhor Guilherme Milarth Filho, seguindo por esta divisa até a Estrada BR-373, seguindo pela Estrada BR-373, até o cruzamento da Estrada Guarapuava - Pato Branco, ponto inicial".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.06.90.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Apoiamento: Lauro Lobo Alcantara, Tadeu Lúcio Machado, José Afonso Júnior, Ferrari Júnior, Amélia Hruschka.

Aprovado o Projeto, artigo por artigo
Emenda. - Aprovada.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 314/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão e Cândido Bastos, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarapuava o imóvel denominado Estância Santa Clara, situada na localidade de Cândói, naquele Município, com área que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei nº 314/90.- Aprovado. Fica portanto, retirado da Ordem do Dia, por 3 (três) sessões o Projeto de Lei nº 314/90.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 323/90, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que concede pensão de dois salários mínimos à Senhora Mirian de Oliveira Camargo Rodrigues, viúva do Senhor Jamidas Antunes Rodrigues, ex-Prefeito de Santo Antônio da Platina. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 61, de 28.05.90).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 359/90, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que cria o Município de Gonçalves Júnior, desmembrado do Município de Irati, "ad referendum" do plebiscito a ser realizado. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 75, de 21.06.90).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 162/89, de autoria dos Deputados Gernote Kirinus e Werner Wanderer, que cria o Município de Mercedes, desmembrado do Município de Marechal Cândido Rondon, com as divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 60/89, de 24.05.90).

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 166/89, de autoria do Deputado Gernote Kirinus, que cria o Município de Quatro Pontes, com divisas que especifica. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 62/89, de 29.05.90).

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 54/90, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que retifica o Convênio de Cooperação, celebrado em 30/06/90, entre o Estado do Paraná, através da Casa Civil da Governadoria e o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná, visando o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do Estado do Paraná. Aprovado.

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CASA CIVIL DA GOVERNADORIA DO ESTADO DO PARANÁ E O CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ, VISANDO O DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E INDUSTRIAL DO ESTADO DO PARANÁ.

A Casa Civil da Governadoria do Estado do Paraná, órgão da administração direta com sede à Praça Nossa Senhora da Salete s/nº, Centro Cívico - Curitiba, inscrita no CGC/MF, sob nº 76.416.940/0001-28, doravante denominada simplesmente Casa Civil, neste ato representada pelo seu Secretário Chefe, Doutor Gino Azzolini Neto, e o Centro de Integração de Tecnologia do Paraná, sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede à Avenida Cândido de Abreu, 200, 5º andar, Centro Cívico, em Curitiba/Paraná, inscrita no CGC/MF sob nº 79.165.205/0001-87, doravante denominado simplesmente CITPAR, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, Doutor Francisco Cunha Pereira Filho, ambos interessados em incentivar e promover o desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do Estado do Paraná, tem entre si justo e acordado a celebração do presente convênio, que será regido pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Este convênio tem por objeto a conjugação mútua de esforços entre as partes, visando o desenvolvimento científico, tec-

nológico e industrial do Estado do Paraná e o estabelecimento de condições para adequada implementação do Programa de Apoio, Criação e Atração de Empresas de Base Tecnológica e/ou Tecnologia de Ponta - PROTEC, criado pelo Decreto Governamental 2783, de 03.05.88, publicado no D.O.E. 2764, de 04.05.88.

CLÁUSULA SEGUNDA - ATRIBUIÇÕES

Para atingir os objetivos contidos na cláusula primeira do presente instrumento, competirá às partes:

I) Ao CITPAR:

a) estimular a formação e capacitação de recursos humanos para as áreas tecnológico-industriais, através da articulação e promoção de programas complementares àqueles ofertados pelas instituições de ensino e pesquisa estabelecidas no Paraná;

b) incentivar, promover e facilitar os procedimentos de desenvolvimento, absorção e transferência de novas tecnologias, de forma a que o setor produtivo paranaense possa integrar-se com competitividade na economia internacional;

c) intensificar a cooperação científica e tecnológica nacional e internacional, e elaborar proposições às autoridades governamentais, no sentido de criação de instrumentos econômicos, financeiros e mercadológicos, para a atração de investimentos para o Paraná e para a formação de "joint-ventures" entre empresas paranaenses e empresas internacionais detentoras de alta tecnologia; e

d) estruturar, consolidar e apoiar a operação das Incubadoras e Parques Tecnológicos que atuem nas áreas de informática, biotecnologia, química fina, novos materiais, mecânica de precisão, eletroeletrônica, metal mecânica e de alimentos, e demais instrumentos e agentes do desenvolvimento científico, tecnológico e industrial do Estado do Paraná, de acordo com as diretrizes do PROTEC.

II) À CASA CIVIL:

Contribuir com o CITPAR, observadas as suas disponibilidades específicas, através de recursos humanos, físicos e financeiros, para o alcance dos objetivos visados neste convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Para participar dos grupos de trabalho que desenvolverão, sob coordenação do CITPAR, as atividades descritas na cláusula segunda deste convênio, a Casa Civil destacará os servidores Carlos Antônio do Nascimento Beyersdorff, RG n° 523.642-8/PR; Carlos Sérgio Asinelli, RG n° 470.489-4/PR; Domingos Portilho Filho; RG. 766.435-4/PR e Gustavo Lacerda Su-

plicy, RG 1.124.721-0/PR.

As ações que requererem movimentações de recursos físicos e/ou financeiros, por qualquer das partes, serão previamente acordadas entre a Casa Civil e o CITPAR, através de termos aditivos a este instrumento.

As atribuições do CITPAR serão sempre desenvolvidas em adequada integração com os órgãos e instituições da administração direta e indireta do Poder Executivo Estadual pertinentes aos setores envolvidos e, sobremaneira, em coordenação com a Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, instituições estaduais de ensino e pesquisa e demais entidades a ela vinculadas.

CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA

O presente convênio vigorará a partir da data de sua assinatura, até 31.12.90, podendo, contudo, ser pelas partes denunciado a qualquer tempo, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data pretendida para seu término, respeitados, porém, os programas e trabalhos em andamento, bem como os instrumentos porventura celebrados em função dos mesmos.

CLÁUSULA QUINTA - FORO

Para solução de dúvidas e controvérsias oriundas do presente convênio, que não possam ser dirimidas amigavelmente, elegem as partes o Foro da Cidade de Curitiba, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim conveniadas, firmam o presente em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, em 30 de março de 1990.

(a) GINO AZZOLINI NETO

Secretario Chefe da Casa Civil

(a) FRANCISCO CUNHA PEREIRA FILHO

Diretor Presidente do CITPAR

Testemunhas: ilegível

CARLOS SÉRGIO ASINELLI

Diretor Executivo do CITPAR

Sobre a mesa, requerimento de n° 1781, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1778, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaríamos de registrar a presença nesta Casa do colega, ex-Deputado Jorge Maia Filho.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

Requerimento de n° 1748, de autoria do Sr. Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1743, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1768, de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1754, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do prefeito do Município de Planalto e de 8 vereadores daquele município que acompanham essa sessão plenária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está registrado.

Requerimento de n° 1689, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior. Rejeitado.

Requerimento de n° 1717, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1766, 1769, de autoria do Sr. Deputado Paulino José Delazeri, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1779, 1780, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1756, 1757, 1758, 1776, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1751, 1761, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1770, 1771, 1772, 1773, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1787, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Prejudicado.

Requerimento de n° 1746, de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1744, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior. Aprova-

do. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1745; de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1749, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

(A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento de n° 1786, de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1777, de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1753, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constantes do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1714, de autoria do Sr. Deputado Luciano Pizzatto, constantes do expediente de sessão anterior. Aprovado. A Mesa vai informar se a data não está comprometida.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Vossa Excelência votou todos os requerimentos?

Apenas para que o plenário desta Casa tenha conhecimento, me parece que no regime de urgência do Deputado Ferrari Júnior que estava requerendo sessão plenária para às 10:00 horas da manhã. Gostaria que Vossa Excelência anunciasse qual a horário da sessão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário Regimental, 14:30 para que haja interstício.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 170/87 e do Projeto de Resolução n° 77/90

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 120/89, 162/89, 166/89, 323/90, 359/90, 361/90 e 362/90

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO JOSÉ AFONSO JÚNIOR, EM SESSÃO do DIA 28 DE JUNHO DE 1990.

"Urgência no Pagamento dos Royalties"

O Paraná está pedindo urgência na regulamentação dos royalties, devidos pela exploração das usinas hidrelétricas construídas em seu território. Nesse sentido estão se manifestando a Assembléia Legislativa - por iniciativa do deputado Lauro Lobo Alcantara - e o Governador Álvaro Dias, em contato recente com o ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva. Segundo os cálculos disponíveis, o governo do estado e as municipalidades paranaenses já deixaram de receber um montante de 86 milhões de dólares, relativos aos percentuais desses direitos de exploração que deveriam ter sido pagos desde o início do ano.

É que a legislação correspondente já foi aprovada. Após uma batalha que durou mais de dez anos, conduzida com o apoio firme desta "Gazeta do Povo", o princípio do ressarcimento pelas perdas decorrentes da construção de usinas hidroelétricas e outros aproveitamentos minerais foi inscrito na Constituição Federal de 1988. Seguiu-se a definição legal das incidências e sua forma de distribuição, pelas Leis Complementar n° 7.990 e Ordinária n° 8.001, ambas votadas pelo Congresso e sancionadas pelo presidente da República e vigorantes desde março deste ano.

Resta agora um último ato regulamentar: a expedição de decreto de execução da lei, de parte do presidente da República. Segundo as lideranças paranaenses que acompanham a questão - o deputado federal Maurício Fruet, o senador José Carlos Gomes Carvalho e deputado estadual Lauro Lobo Alcantara - a preparação desse documento está a cargo do Ministério da Infra-Estrutura, através do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE. O ministro Ozires Silva garantiu ao governador Álvaro Dias, no início deste mês, que a regulamentação já foi concluída a nível de sua Pasta, estando agora na dependência do chefe da Nação.

O recém empossado presidente de Itaipu, o engenheiro paranaense Fernando Xavier Ferreira, por sua vez declarou à imprensa que até o final deste mês o presidente Collor deverá assinar o decreto sobre a forma de compensação financeira para estados e municípios. O deputado fe-

deral Maurício Fruet avalia com base nas minutas conhecidas, que o estado do Paraná receberia 43 milhões de dólares - dos quais 23 de Itaipu - enquanto diretamente afetados fariam jus a outros 43 milhões. Isto apenas para o período desde a aprovação da lei complementar, em março.

Na correspondência que solicitou à Assembléia fosse enviada ao presidente e outras autoridades da República, o deputado Lauro Alcantara protesta contra o "lobby" das empresas concessionárias de energia elétrica, que estariam retardando a expedição do decreto "ante os iminentes desembolsos a que serão obrigadas". Tem razão o parlamentar do Sudoeste paranaense: é preciso uma enérgica mobilização se quisermos ver os recursos dos royalties fluindo regularmente para nossa terra. O Paraná tem que pressionar inclusive para obter que a implantação dessa verba, nos orçamentos das empresas estatais consideradas, seja feita durante a oportunidade de revisão orçamentária que se prenuncia para o segundo semestre.

A propósito do ofício a respeito, enviado ao diretor deste jornal pelo deputado sudoestino, a direção da "Gazeta do Povo" reafirma sua proclamação apresentada durante o I Seminário de Comunicação Social do Sudoeste, em Pato Branco: "O Paraná não pode dar quitação com o recebimento dos royalties, embora tenha tido uma vitória graças ao espírito de luta de seu povo, inscrevendo o direito constitucional à indenização pelos aproveitamentos hidrelétricos ocorridos em seu território".

"Tudo o que recebermos será sempre uma gota de água diante do oceano de perdas diretas em que incorremos com o desaparecimento de Sete Quedas e das terras férteis que nunca mais serão semeadas por sua gente." Os royalties, portanto, são o mínimo que nos é devido pela Federação e devemos lutar por eles de forma indormida, vigilante, afirmativa. Eles não são tudo, representam apenas o começo do reconhecimento e da composição a que a União se obrigou para com o povo paranaense.

Precisamos nos manifestar todos, junto aos órgãos do governo federal, ao Congresso, à opinião pública, pelo urgenciamento no início do pagamento dos royalties. Precisamos sustentar os direitos do Paraná."